



Governo do Distrito Federal
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal

Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2026
PROCESSO Nº: 00390-00000522/2025-11

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO

INTERESSADO: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano-Seduh/DF

CÓDIGO UASG: 926209

OBJETO: O objeto da presente licitação é a contratação de serviço de Outsourcing de impressão, com fornecimento de equipamentos multifuncionais A4 policromáticos com pagamento fixo mensal por equipamentos mais variável por páginas impressas, sem papel, incluindo instalação, suporte técnico e manutenção on-site, para atendimento das necessidades da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação, durante o período de 48 meses, por meio de pregão eletrônico, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R\$ 649.224,00 (seiscentos e quarenta e nove mil duzentos e vinte e quatro reais).

DATA DE ABERTURA: 16/07/2026

HORÁRIO DA ABERTURA: 10:00 horas

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor preço por grupo.

MODO DE DISPUTA: Aberto

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS: SIM

REFERÊNCIA DE TEMPO: Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão, obrigatoriamente, o horário de Brasília – DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico.

ENDEREÇO: As propostas serão recebidas exclusivamente por meio eletrônico no endereço: www.gov.br/compras

Sumário

1. DO OBJETO	1
2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	2
3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	3
4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA	4
5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES ..	5
6. DA FASE DE JULGAMENTO	6
7. DA FASE DE HABILITAÇÃO	7
8. DOS RECURSOS	8
9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES	9
10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	10
11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	11

Torna-se público que o(a) **Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal - Seduh/DF**, por meio da **Subsecretaria de Administração Geral- Suag**, sediado (a) no Edifício Number One SCN Q 1 - Asa Norte, Brasília - DF - Bairro Asa Norte - CEP 70711-900 - DF, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos do Decreto Distrital nº 44.330, de 2023 e Lei nº [14.133, de 2021](#), e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a contratação de serviço de Outsourcing de impressão, com fornecimento de equipamentos multifuncionais A4 policromáticos com pagamento fixo mensal por equipamentos mais variável por páginas impressas, sem papel, incluindo instalação, suporte técnico e manutenção on-site, para atendimento das necessidades da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação, durante o período de 48 meses, por meio de pregão eletrônico, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada em grupo único, formado por 3 itens, conforme tabela constante no Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõe.

1.3. A contratação com o(s) fornecedor(es) registrado(s) será formalizada pelo órgão ou entidade interessado por intermédio de instrumento contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou outro instrumento hábil, de acordo com o art. 210, do Decreto Distrital n.º 44.330, de 2023, e o art. 95 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

1.4. Após a convocação pela Administração, o licitante vencedor deverá assinar o termo de contrato ou aceitar ou retirar o instrumento equivalente, no prazo de 5 dias úteis, nos termos do art. 90 Lei Federal n.º 14.133, de 2021, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei.

1.4.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

1.5. O instrumento de contrato poderá ser substituído pela nota de empenho de despesa, ou outro instrumento hábil, quando se tratar de compras com entrega imediata e integral dos bens adquiridos e dos quais não resultem obrigações futuras, inclusive quanto a assistência técnica, independentemente de seu valor, conforme prevê o art. 95, inciso II da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.3.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

2.3.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br/>, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.

2.3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. As microempresas e empresas de pequeno porte poderão participar desta licitação em condições diferenciadas, na forma prescrita na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, devendo para isso fazer o seu devido enquadramento como ME ou EPP em campo próprio no sistema, QUANDO DO CADASTRO DE SUA PROPOSTA, DECLARANDO assim, para fins legais, sob as penas da lei, que cumprem os requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte nas condições do Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, instituído pela Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, em especial quanto ao seu art. 3º, pela Lei Distrital n.º 4.611 de 2011, e pelo Decreto Distrital n.º 35.592 de 2014, que estão aptas a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos seus artigos 42 a 49 e que não se enquadram nas situações relacionadas no art. 3º da citada Lei Complementar.

2.5.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

2.6. As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação desta licitação, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

2.6.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa. (art. 22, § 1º da Lei Distrital nº 4.611 de 2011).

2.6.2. A não-regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 2.6.1., implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 155 da Lei nº 14.133 de 2021, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

2.7. Para o cumprimento do disposto nos artigos 47 e 48 da Lei Complementar nº 123, de 2006 e Lei Distrital 4.611, de 2011, a administração pública:

2.7.1. Em atendimento à exigência estabelecida no inc. III do art. 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, c/c art. 23 da Lei Distrital nº 4.611, de 2011, os itens que compõem o objeto deste edital serão destinados à **AMPLA CONCORRÊNCIA** conforme previsão constante no Termo de Referência do **Anexo I** deste Edital.

2.8. Não poderão disputar esta licitação:

2.8.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.8.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.8.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.8.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de licitar e contratar com o Distrito Federal, em decorrência de sanção que lhe foi imposta (Parecer 160/2019 - PGDF);

2.8.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.8.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.8.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.8.8. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio, em atenção ao item 9.7 do Termo de Referência - Anexo I deste edital;

2.8.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.8.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.8.11. A vedação do subitem 2.8.10 aplica-se para as condições de Proprietário, Controlador, Administrador, Gerente ou Diretor de Pessoa Jurídica, independentemente das denominações adotadas e do nível quantitativo ou qualitativo de participação no capital ou patrimônio (Decreto nº 39.860, de 30 de maio de 2019);

2.8.12. A vedação do subitem 2.8.10 aplica-se ao agente público licenciado ou afastado por qualquer motivo e a qualquer título;

2.8.13. Empresas que se encontrem sob falência ou recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, dissolução, liquidação, estrangeiras que não funcionem no país;

2.8.13.1. Empresas em recuperação judicial ou extrajudicial poderão participar de licitações públicas, desde que com plano de recuperação acolhido ou homologado judicialmente e que demonstre, na fase de habilitação, a sua

viabilidade econômica.

2.8.14. Empresas ou empresários que tenham sido declarados inidôneos pela Administração Pública, direta ou indireta, Federal, Estadual, Municipal e Distrital;

2.8.15. Sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendido aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum (Parecer nº 314/2016 e 82/2016 PRCON/PGDF);

2.8.16. Pessoa jurídica cujo dirigente, administrador, proprietário ou sócio com poder de direção, seja cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o segundo grau de:

2.8.16.1. Agente público com cargo em comissão ou função de confiança que esteja lotado na unidade responsável pela realização da seleção ou licitação promovida pelo órgão ou entidade da administração pública distrital; ou

2.8.16.2. agente público cuja posição no órgão ou entidade da administração pública distrital seja hierarquicamente superior ao chefe da unidade responsável pela realização da seleção ou licitação .

2.8.17. A vedação de que trata o item 2.8.16. aplica-se aos contratos pertinentes a obras, serviços e aquisição de bens, inclusive de serviços terceirizados, às parcerias com organizações da sociedade civil e à celebração de instrumentos de ajuste congêneres;

2.8.18. A vedação estende-se às uniões homoafetivas (art. 3º, § 3º do Decreto nº 32.751/2011);

2.8.19. Considera-se participação indireta, a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista entre o autor do projeto, pessoa física ou jurídica, e o licitante ou responsável pelos serviços, fornecimentos e obras, incluindo-se os fornecimentos de bens e serviços a estes necessários. O disposto aplica-se aos membros da comissão de licitação.(Parecer nº 314/2016 e 82/2016 PRCON/PGDF); e

2.8.20. Não poderão participar para os mesmo(s) item(ns) do certame, pessoas jurídicas que tenham sócios em comum ou que sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias umas das outras.

2.9. O impedimento de que trata o item 2.9.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.8.2 e 2.8.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.12. O disposto nos itens 2.8.2 e 2.8.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.13. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

2.14. A vedação de que trata o item 2.8.10 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.3.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.3.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.3.3. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV

do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.3.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

3.4.1. No grupo em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

3.5. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.3 ou 3.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

3.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.9. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.9.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.9.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.10. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.10.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço.

3.11. O valor final mínimo parametrizado na forma do item 3.9 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.12. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.13. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1. **Valor unitário e total do grupo, considerando o período de 48 meses.**

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.2.1. O licitante [NÃO] poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação

pelo Simples Nacional.

4.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.8.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **120 dias**, a contar da data de sua apresentação.

4.8.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas distritais, quando participarem de licitações públicas.

4.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e/ou pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 78, X, da Lei Orgânica do Distrito Federal ; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

4.10. Em todo caso, deverá ser garantido o pagamento do salário normativo previsto no instrumento coletivo aplicável ou do salário-mínimo vigente, o que for maior.

4.11. O julgamento da proposta será consoante aos critérios de aceitação estabelecidos no Termo de Referência.

4.12. A forma física da proposta a ser inserida no sistema deverá conter:

- a) nome da proponente e de seu representante legal, endereço completo, telefone, números do CNPJ;
- b) valor unitário e total da proposta de forma completa, em moeda corrente nacional, computando todos os custos necessários para o atendimento do objeto desta licitação, tais como: quantidade de pessoal alocado na execução do contrato, materiais, equipamentos, impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, seguros, transporte, garantia e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre os serviços contratados, de acordo com o modelo de proposta constante do Anexo I do Termo de Referência;
- c) as especificações detalhadas dos serviços a serem prestados, observadas as características contidas no Anexo I – Termo de Referência, em caso de discordância existente entre as especificações do objeto descritas no Comprasnet e as especificações constantes deste edital, prevalecerão às últimas;
- d) prazo de validade da proposta não será inferior a **120 dias**, a contar da data de sua apresentação;
- e) prazo para iniciar a execução dos serviços a partir do décimo dia útil subsequente à data de assinatura do contrato;
- f) declaração de que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado;
- g) declaração de que cumpre a reserva de cargos prevista em lei para pessoas com deficiência ou para reabilitados da Previdência Social e que atende às regras de acessibilidade prevista na legislação;
- h) declaração de que não incorre nas vedações previstas no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, e no art. 1º do Decreto nº 39.860, de 30 de maio de 2019, conforme modelo constante do Anexo IV deste edital;
- i) em relação às microempresas e as empresas de pequeno porte, declaração de que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima administrativa para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, devendo utilizar o modelo do Anexo V deste edital;
- j) declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas;
- k) apresentar documento probatório de que possui compromisso com a sustentabilidade ambiental, nos termos da Lei Distrital nº 4.770, de 2012, que poderá ser feito da seguinte forma:

I) por Declaração, onde a licitante afirma possuir o compromisso e responsabilidade com a Sustentabilidade Ambiental, nos termos das exigências impostas pela Lei Distrital nº 4.770, de 2012, conforme modelo constante do Anexo VI deste edital, ou;

II) com a apresentação de documento probatório (atestado, declaração, certificado, registro, credenciamento, etc. emitido por Órgãos Públicos de qualquer ente da Federação que tenha competência legal na área ambiental que o produto ofertado, comercializado, ou o fornecedor, distribuidor ou fabricante está devidamente cadastrado, registrado, etc. no respectivo Órgão, ou;

III) com a apresentação de documentos que o fornecedor está em fase de implantação de práticas sustentáveis, informando, no referido documento, quais são as práticas já implantadas e quais as metas pretendidas a atingir na questão da sustentabilidade ambiental.

IV) no caso do licitante apresentar os documentos comprobatórios, conforme mencionado nas alíneas I e III, poderá ser designada por essa Secretaria, uma Comissão de Avaliadores que, juntamente com o Pregoeiro e sua

Equipe, poderá inspecionar/vistoriar o estabelecimento ou o ponto comercial do licitante, a fim de verificar as informações e declarações apresentadas.

V) caso seja detectado pelos inspetores/avaliadores que as informações declaradas pelo licitante não sejam verdadeiras, ou que esteja de má-fé, serão tomadas as medidas administrativas, e se for o caso, penais, cabíveis ao caso.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.2.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante;

5.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes;

5.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação;

5.2.4. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item, considerando o período de 48 meses.

5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais)**.

5.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

5.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

5.11. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “**aberto**”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública;

5.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários;

5.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação;

5.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5%, o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações;

5.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão

pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos art. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto n.º 35.592, de 2014.

5.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada;

5.18.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto;

5.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5%, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior; e

5.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

5.19.1.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.19.1.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.19.1.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.19.1.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.19.2.1. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.19.2.2. Empresas brasileiras;

5.19.2.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.19.2.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

5.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.20.1. Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo;

5.20.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração;

5.20.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes;

5.20.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório;

5.20.5. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 3 horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados; e

5.20.6. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.21. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3.8 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.1.1. SICAF;

6.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/ceis>);

6.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/cnep>);

6.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade (cnj.jus.br); e

6.1.5. Certidões Administração Pública Federal (tcu.gov.br).

6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

6.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 2.5.1 e 4.4 deste edital.

6.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

6.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.7.1. Contiver vícios insanáveis;

6.7.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

6.7.3. Apresentar preços inexecutáveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.7.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.7.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecutabilidade das propostas valores inferiores a 50% do valor orçado pela Administração.

6.8.1. A inexecutabilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

6.8.1.1. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

6.8.1.2. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.9. Se houver indícios de inexecutabilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.10. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

6.10.1. Caso a produtividade for diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

6.10.2. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta;

6.10.3. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

6.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante da aquisição ou da área especializada no objeto.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos art. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

7.1.2. Os documentos apresentados para habilitação deverão estar todos em nome da matriz ou todos em nome da filial, exceto aqueles que comprovadamente só possam ser fornecidos à matriz e referir-se ao local do domicílio ou sede do interessado.

7.1.2.1. Para os efeitos desta licitação, considera-se sede a matriz ou o único estabelecimento comercial, industrial e de prestação de serviços da empresa (mesmo CNPJ).

7.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por arquivo de mídia em PDF.

7.4.1. O pregoeiro poderá solicitar o envio de documentos originais ou autenticados, que deverão ser encaminhados no prazo máximo de 3 dias úteis para o endereço: Edifício Number One SCN Q 1, 19º andar, COLICI, - Asa Norte, Brasília - DF - Bairro Asa Norte - CEP 70711-900 - DF.

7.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

7.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma do art. 63, I, da Lei nº 14.133, de 2021.

7.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.9. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

7.9.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

7.10. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput). 8.10.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

7.10.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

7.11. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.11.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **(3)** horas prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

7.12. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.13. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133, de 2021, art. 64, e IN 73, de 2022, art. 39, §4º):

7.13.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e 7.13.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas; e

7.13.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.14. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.15. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.11.1.

7.16. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.17. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538, de 2015).

8. DOS RECURSOS

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. O prazo recursal é de 3 dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

8.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

8.3.2. O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 minutos;

8.3.3. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://portalsei.df.gov.br/>.

9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

9.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

9.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

9.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

- 9.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- 9.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- 9.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- 9.1.2.4. Deixar de apresentar amostra;
- 9.1.2.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

9.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

- 9.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

9.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

9.1.5. Fraudar a licitação;

9.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

- 9.1.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- 9.1.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 9.1.6.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

9.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

9.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

9.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

- 9.2.1. Advertência;
- 9.2.2. Multa;
- 9.2.3. Impedimento de licitar e contratar e
- 9.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

9.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- 9.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;
- 9.3.2. As peculiaridades do caso concreto;
- 9.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 9.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 9.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.4. Multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 10 dias úteis, a contar da comunicação oficial.

9.4.1. Para as infrações previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

9.4.2. Para as infrações previstas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

9.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

9.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 dias úteis, contado da data de sua intimação.

9.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Governo do Distrito Federal, pelo prazo máximo de 3 anos.

9.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

9.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

9.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

9.11. Caberá recurso no prazo de 15 dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 dias úteis, contado do seu recebimento.

9.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 dias úteis antes da data da abertura do certame.

10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

10.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo endereço: colici@seduh.df.gov.br.

10.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

10.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

10.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

11. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

11.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato na forma do inciso II do art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O adjudicatário terá o prazo de **5 dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

11.2.1. O silêncio implica no decaimento do direito à contratação.

11.2.2. A convocação se dará, preferencialmente, por e-mail.

11.2.3. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, com cópia ou envio concomitante ao e-mail constante na proposta, caso discrepante, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

11.3. O aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

11.3.1. Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, inclusive quanto aos casos omissos;

11.3.2. O fornecimento da aquisição será imediato, se completado integralmente no Termo de Referência a partir da aceitação da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente;

11.3.3. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no presente Edital e seus anexos;

11.3.4. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos no artigo 104 da mesma Lei;

11.3.5. A contratada manterá, durante toda a execução da contratação, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação;

11.3.6. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses, improrrogável e não sujeito a repactuação e, regra geral, também descabendo reajustamento;

11.3.7. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor;

11.3.8. A atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento corresponderá aos índices oficiais vigentes e somente terá cabimento após o regular processamento da liquidação da despesa.

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

12.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

12.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

12.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

12.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

12.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

12.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

12.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

12.9. A Seduh/DF poderá revogar este Pregão por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

12.10. A anulação do pregão induz à do contrato.

12.11. As licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito da contratada de boa-fé de ser ressarcida pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.

12.12. É terminantemente proibida a utilização de mão-de-obra infantil na execução dos serviços, sendo que o descumprimento deste dispositivo implicará na rescisão imediata do contrato e aplicação de multa, sem prejuízo das sanções legais cabíveis, conforme estabelecido na Lei Distrital n.º 5.061 de 2013.

12.13. Nos termos da Lei Distrital n.º 5.448, de 2015, fica proibido o uso ou emprego de conteúdo discriminatório, podendo sua utilização ensejar a rescisão do Contrato e aplicação de multa, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, que:

I - incentive a violência;

II - seja discriminatório contra a mulher, assim entendidos quaisquer conteúdos que diminuam, mesmo que de forma indireta, metafórica ou por analogias, a capacidade laborativa, intelectual ou qualquer outra esfera de vida da mulher;

III - incentive a violência contra a mulher, seja por apologia a quaisquer tipos de violência doméstica tipificadas pela Lei Maria da Penha, ou ainda violência sexuais, institucionais, ou qualquer violência fundada na condição de mulher;

IV - exponha a mulher a constrangimento ou incentive ou explore o corpo da mulher de forma objetificada;

V - seja homofóbico, racista e sexista;

VI - incentive a violência contra as mulheres de povos e comunidades tradicionais, negras, indígenas, ciganas, quilombos, transexuais, travestis e transgênero; por orientação sexual e de gênero e por crença;

VII - represente qualquer tipo de discriminação, especialmente voltados contra minorias em condições de vulnerabilidade.

12.14. A licitante vencedora fica obrigada a respeitar os termos estipulados na Lei Distrital n.º 5.757, de 2016, que criou o Programa de Estratégias para inserção de dependentes químicos no mercado de trabalho.

12.15. Deverão ser observadas as práticas de prevenção e apuração de denúncias de assédio moral ou sexual, nos termos estipulados no Decreto n.º 44.701, de 05 de julho de 2023.

12.16. A contratada deverá observar a disposição da Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD, comprometendo-se a manter

sigilo e confidencialidade de todas as informações em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis repassados em decorrência da execução do contrato.

12.16.1. A contratada deverá ter ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD e, se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação, com intuito de proteção dos dados pessoais repassados.

12.17. Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060.

12.18. Deverão ser observadas as boas práticas para o Desenvolvimento Social e Ambientalmente Sustentável e de Governança Corporativa, além de Transparência e Integridade nas Licitações e Contratações Públicas.

12.19. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

12.20. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP e endereço eletrônico gov.br/compras.

12.21. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

12.21.1. ANEXO I - Termo de Referência

12.21.2 ANEXO I do Termo de Referência - Minuta da Ordem de Serviço

12.21.3. ANEXO II do Termo de Referência - Termo de Compromisso e Manutenção de Sigilo

12.21.4. ANEXO III- Modelo proposta de preços

12.21.5. ANEXO IV - Modelo de Termo de Contrato

12.21.6. ANEXO V - Modelo Declaração do Decreto 39.860, de 2019

12.21.7. ANEXO VI -Modelo Declaração dos benefícios de ME EPP

12.21.8. ANEXO VII - Modelo de Declaração de Responsabilidade Ambiental

ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Do objeto

1.1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto a contratação de serviço de Outsourcing de impressão, com fornecimento de equipamentos multifuncionais A4 policromáticos com pagamento fixo mensal por equipamentos mais variável por páginas impressas, sem papel, incluindo instalação, suporte técnico e manutenção on-site, para atendimento das necessidades da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação, durante o período de 48 meses, conforme especificações e condições estabelecidas neste documento:

GRUPO	ITEM	CATSER	QUANTIDADE MENSAL	QUANTIDADE TOTAL (48 MESES)	MÉTRICA	DESCRIÇÃO DO ITEM
ÚNICO	1	26786	15	720	Unidade	Locação mensal de Impressora Multifuncional A4 Policromática Laser, Led ou equivalente, com velocidade de impressão de no mínimo 40 ppm (Outsourcing), papel não incluso, durante o período de 48 (quarenta e oito) meses
	2	26816	18.000	864.000	Unidade	Impressão/cópia Monocromática no formato A4 - (Outsourcing), papel não incluso, durante o período de 48 (quarenta e oito) meses
	3	26859	15.000	720.000	Unidade	Impressão/cópia Policromática no formato A4 - (Outsourcing), papel não incluso, durante o período de 48 (quarenta e oito) meses

1.2. **Natureza da contratação**

12.1. Os serviços da pretensa contratação são de qualidade comum, não superior à necessária para cumprir as finalidades às quais se destinam, conforme art. 20 da Lei Federal 14.133, 1º de abril de 2021, e art. 73 do [Decreto Distrital nº 44.330, de 16 de março de 2023](#). A prestação de serviços de outsourcing de impressão é considerada um serviço comum porque:

12.1.1. Permite padronização com especificações técnicas objetivas, como velocidade e qualidade de impressão, e tempo de resposta para suporte;

12.1.2. Existe ampla disponibilidade no mercado de empresas que fornecem esses serviços, assegurando concorrência e propostas vantajosas;

12.1.3. As especificações adotadas, como impressoras de alta performance, monitoramento de impressões, suporte técnico e fornecimento de suprimentos, são usuais e aceitas no mercado.

12.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de serviço de luxo, conforme [Decreto Distrital nº 44.330, de 16 de março de 2023](#).

1.3. **Da vigência do contrato**

1.3.1. A contratação com o fornecedor será formalizada por intermédio de instrumento contratual, nos termos do artigo 141 do [Decreto Distrital nº 44.330, de 16 de março de 2023](#), e do artigo 95 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

1.3.2. O prazo de vigência do contrato será de 48 meses, contados da publicação de seu extrato no Diário Oficial do Distrito Federal, prorrogável por períodos sucessivos até o limite de 10 anos, nos termos dos artigos 106 e 107 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

1.3.3. O prazo de vigência de 48 meses é estabelecido em razão da exigência por equipamentos novos e de primeiro uso, conforme previsto na alínea 'g' do item 5.4.4 da Portaria SGD/MGI nº 370, de 8 de março de 2023 e conforme vantajosidade demonstrada no Estudo Técnico Preliminar.

1.3.4. A presente contratação caracteriza-se como serviço contínuo, considerando que o outsourcing de impressão abrange a disponibilização de equipamentos, manutenção preventiva e corretiva, fornecimento de insumos e suporte técnico especializado, sendo essencial para a continuidade das atividades administrativas do órgão. A interrupção desse serviço comprometeria a eficiência operacional e a execução das funções institucionais, portanto a vigência plurianual justifica-se pelos seguintes fatores:

1.3.4.1. Eficiência operacional e econômica – A prorrogação do contrato reduz custos administrativos e evita a necessidade de novas contratações frequentes, assegurando a continuidade do serviço com previsibilidade orçamentária;

1.3.4.2. Amortização dos investimentos – O modelo de outsourcing exige investimentos na infraestrutura de impressão, cuja depreciação ocorre ao longo do tempo, tornando financeiramente mais vantajoso manter a prestação dos serviços por um período ampliado; e

1.3.4.3. Melhoria na gestão contratual – Contratos com duração estendida garantem maior estabilidade, possibilitam um melhor controle de níveis de serviço (NMS) e permitem ajustes contratuais periódicos para otimização da qualidade e do custo-benefício.

1.3.5. A prorrogação contratual estará condicionada à comprovação da vantajosidade econômica e administrativa, conforme avaliação periódica dos custos e da qualidade dos serviços prestados, nos termos do artigo 107 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

1.3.6. O contrato detalhará as regras aplicáveis à vigência e prorrogação da contratação, garantindo transparência e alinhamento com a legislação vigente.

2. **ESPECIFICAÇÃO do objeto**

2.1. O serviço ofertado deverá atender a todos os itens descritos neste Documento e seus Apêndices como solução de fornecimento no âmbito do Distrito Federal, conforme tabela abaixo:

GRUPO	ITEM	CATSER	QUANTIDADE MENSAL	QUANTIDADE TOTAL (48 MESES)	MÉTRICA	DESCRIÇÃO DO ITEM
ÚNICO	1	26786	15	720	Unidade	Locação mensal de Impressora Multifuncional A4 Policromática Laser, Led ou equivalente, com velocidade de impressão de no mínimo 40 ppm (Outsourcing), papel não incluso, durante o período de 48 (quarenta e oito) meses
	2	26816	18.000	864.000	Unidade	Impressão/cópia Monocromática no formato A4 - (Outsourcing), papel não incluso, durante o período de 48 (quarenta e oito) meses
	3	26859	15.000	720.000	Unidade	Impressão/cópia Policromática no formato A4 - (Outsourcing), papel não incluso, durante o período de 48 (quarenta e oito) meses

2.2. Para definir as quantidades a ser contratada, esta equipe de planejamento utilizou-se de uma estimativa do histórico de consumo de impressões, conforme detalhado no item 3.6 do presente documento;

2.3. O modelo a ser utilizado para o outsourcing de impressão é a cobrança pelo fornecimento do equipamento mais custo unitário por página impressa (modalidade híbrida), conforme modalidade descrita na Portaria SGD/MGI nº 370, de 8 de março de 2023.

2.4. Especificações do Objeto - Equipamentos de Impressão (multifuncionais):

2.4.1. Item 01 - Impressora Multifuncional Policromática A4

- 2.4.1.1. Funções: Impressora, copiadora e scanner;
- 2.4.1.2. Tecnologia de impressão: Laser, Led ou equivalente;
- 2.4.1.3. Velocidade mínima de impressão: Mínimo de 40 páginas por minuto (ppm) em formato A4;
- 2.4.1.4. Velocidade de digitalização: Mínimo de 40 ipm (só frente) e mínimo 80 ipm (frente e verso);
- 2.4.1.5. Tamanhos de papel suportados: A6, A5, A4, Carta e Ofício;
- 2.4.1.6. Tipos de mídia suportados: Papel comum, reciclado, etiquetas, transparências, cartolina e envelopes;
- 2.4.1.7. Capacidade de bandejas:
 - I - Bandeja padrão: Mínimo de 200 folhas;
 - II - Alimentador automático: Mínimo de 100 folhas;
- 2.4.1.8. Capacidade de saída de papel: Mínimo de 200 folhas;
- 2.4.1.9. Memória RAM: Mínimo de 2 GB;
- 2.4.1.10. Processador: Dual-Core, mínimo de 1 GHz;
- 2.4.1.11. Armazenamento: Mínimo de 2 GB (Memória Flash, e MMC ou equivalente);
- 2.4.1.12. Drivers: Compatível com PCL 6, PostScript 3 (PS3) e PDF Direct Print;
- 2.4.1.13. Formatos de arquivos: PDF de alta compactação; MTIFF; PDF; PDF/A; TIFF; XPS; JPEG;
- 2.4.1.14. Compatibilidade de sistemas operacionais: Windows 10 e 11, Linux e macOS.
- 2.4.1.15. Interface:
 - I - Ethernet Gigabit 10/100/1000 Base-TX;
 - II - USB 3.0;
- 2.4.1.16. Utilitário de administração: Acesso via web (HTTP/HTTPS), compatível com gerenciamento remoto e monitoramento via SNMP;
- 2.4.1.17. Duplex automático: Impressão, cópia e digitalização frente e verso automática;
- 2.4.1.18. Resolução de impressão: Até 1200 x 1200 dpi;
- 2.4.1.19. Tela de acesso: Pannel touchscreen colorido de no mínimo 7" para gerenciamento de impressão, cópia e digitalização;
- 2.4.1.20. Ciclo mensal recomendado: No mínimo 50.000 páginas/mês;
- 2.4.1.21. Tensão: 220V ou com transformador compatível.

2.5. Informações Complementares:

2.5.1. Todos os equipamentos de impressão multifuncionais e scanners fornecidos deverão ser adequados para uso corporativo em ambientes de rede, com plena compatibilidade com os recursos e políticas de Tecnologia da Informação e Comunicação da Seduh;

2.5.2. Os equipamentos deverão atender aos seguintes requisitos:

2.5.2.1. Ser novos de fábrica, em linha de produção, sem uso anterior e sem recondiçãoamento ou remanufatura;

2.5.2.2. Estar em conformidade com normas de eficiência energética, preferencialmente certificados por programas como Energy Star® ou similares;

2.5.2.3. Apresentar níveis de ruído reduzidos, proporcionando um ambiente de trabalho confortável;

2.5.2.4. Permitir gerenciamento centralizado, com suporte a protocolos padrão como SNMP, e compatibilidade com infraestrutura de rede cabeada (Ethernet), paralela ou USB.

2.5.3. A Seduh se reserva o direito de verificar junto ao fabricante a veracidade das especificações técnicas e comerciais apresentadas.

2.6. **Sistema de Gerenciamento e Bilhetagem de Impressão:**

2.6.1. A contratada deverá disponibilizar, sem custos adicionais, um sistema informatizado de bilhetagem e gerenciamento de impressão. O sistema deverá conter as seguintes funcionalidades mínimas:

2.6.1.1. Contabilização automatizada das impressões/cópias digitalizadas, excluindo tarefas não executadas.

2.6.1.2. Gerenciamento centralizado de cotas, com possibilidade de cadastro de usuários, grupos, departamentos, centros de custo e projetos;

2.6.1.3. Controle individualizado de utilização por usuário ou grupo;

2.6.1.4. Integração com Active Directory/OpenLDAP, permitindo autenticação e atribuição automática de cotas.

2.6.2. Relatórios gerenciais e operacionais, com segmentação por:

2.6.2.1. Usuário, grupo, centro de custo, equipamento e localização;

2.6.2.2. Tipo de impressão (monocromática/colorida, simplex/duplex);

2.6.2.3. Formato de papel e confidencialidade do documento.

2.6.3. Exportação de relatórios em formatos Excel, CSV e HTML, com possibilidade de envio automatizado por e-mail;

2.6.4. Acompanhamento do status dos equipamentos: nível de toner, papel, atolamentos e disponibilidade;

2.6.5. Gerenciamento via interface web única, compatível com SNMP e integração com bancos de dados SQL;

2.6.6. Suporte à impressão segura, com liberação por cartão de identificação ou senha, além de recursos de cancelamento direto via painel do equipamento;

2.6.7. Recurso desejável de armazenamento da primeira página de documentos (exceto confidenciais), para fins de auditoria.

2.7. **Fornecimento de Suprimentos:**

2.7.1. A contratada será responsável por prover todos os suprimentos necessários, com exceção do papel, conforme disposto na Portaria SGD/MGI nº 370/2023, incluindo:

2.7.1.1. Toners, cilindros, reveladores e peças de desgaste;

2.7.1.2. Suprimentos devem ser originais do fabricante, vedado o uso de materiais remanufaturados ou compatíveis;

2.7.1.3. A contratada deverá manter estoque mínimo preventivo nas instalações da Seduh ou em local de rápida entrega;

2.7.1.4. Deverá orientar os usuários sobre o procedimento de substituição de suprimentos.

2.8. **Sistema de Gestão de Cotas de Impressão:**

2.8.1. Deverá ser disponibilizado um módulo de gerenciamento de cotas, com as seguintes funcionalidades

mínimas:

- 2.8.1.1. Definição de cotas por usuário e grupo;
- 2.8.1.2. Níveis hierárquicos de administração (pelo menos quatro);
- 2.8.1.3. Consulta online de consumo e saldo disponível;
- 2.8.1.4. Transferência de cotas entre grupos/usuários;
- 2.8.1.5. Relatórios customizáveis com possibilidade de exportação.

2.9. **Suporte e Assistência Técnica Corretiva e Preventiva:**

2.9.1. A contratada será integralmente responsável pela manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos, sem ônus adicional para a administração, com os seguintes requisitos mínimos;

- 2.9.1.1. Atendimento on-site em todo o território do Distrito Federal;
- 2.9.1.2. Suporte técnico de segunda a sexta-feira, das 08h às 18h, com possibilidade de ajuste mediante necessidade da Seduh;
- 2.9.1.3. Disponibilização de central de atendimento multicanal, incluindo:
 - I - Linha telefônica gratuita (0800),
 - II - Atendimento por chatbot ou aplicativo,
 - III - Canal de e-mail exclusivo;
 - IV - Abertura de chamado com registro único e rastreável, permitindo o acompanhamento do status pela contratante.

2.9.2. **Do Prazo de Suporte Técnico:**

2.9.2.1. O prazo para a CONTRATADA solucionar problemas de manutenção corretiva é de até 10 horas úteis após a abertura do chamado para impressoras na Seduh/DF.

2.9.2.2. A substituição de suprimentos vazios deve ocorrer em até 20 horas úteis após o chamado.

2.10. **Indicadores de Medição de Resultados:**

2.10.1. A CONTRATADA deverá obedecer aos seguintes Níveis de Serviço deste Termo de Referência;

2.10.1.1. **Indicador 01 - Manutenção (Abertura de chamado para manutenção corretiva ou fornecimento de suprimentos);**

- 2.10.1.1.1. Finalidade: Avaliar o cumprimento dos níveis de serviço para manutenções corretivas e fornecimento de suprimentos;
- 2.10.1.1.2. Meta a cumprir: 95% dos chamados de manutenção corretiva fechados dentro do prazo;
- 2.10.1.1.3. Instrumento de medição: Software de abertura/fechamento de chamados;
- 2.10.1.1.4. Acompanhamento: Relatório mensal emitido pela contratada;
- 2.10.1.1.5. Periodicidade: Aferição diária e consolidação mensal dos resultados;
- 2.10.1.1.6. Mecanismo de cálculo: Total de chamados fechados no prazo / Total de chamados abertos para manutenções corretivas;
- 2.10.1.1.7. Faixas de ajuste no pagamento:
 - 2.10.1.1.7.1. Entre 0,95 e 1: $M1 = 1$
 - 2.10.1.1.7.2. Entre 0,90 e 0,70: $M1 = 0,85$
 - 2.10.1.1.7.3. Abaixo de 0,70: $M1 = 0,7$
 - 2.10.1.1.7.4. Sanções: Se o índice ficar abaixo de 0,7 por 3 meses consecutivos, será considerada inexecução parcial, com possibilidade de rescisão contratual.

2.10.1.2. **Indicador 02 - Indisponibilidade dos sistemas (Gerenciamento e Bilhetagem):**

- 2.10.1.2.1. Finalidade: Avaliar o cumprimento dos níveis de serviço para a disponibilidade dos sistemas;
- 2.10.1.2.2. Meta a cumprir: 99% de disponibilidade dos sistemas;
- 2.10.1.2.3. Instrumento de medição: Software de abertura/fechamento de chamados;
- 2.10.1.2.4. Acompanhamento: Relatório mensal emitido pela contratada;
- 2.10.1.2.5. Periodicidade: Aferição diária e consolidação mensal dos resultados;

2.10.1.2.6. Mecanismo de cálculo: Somatório da disponibilidade dos sistemas (em minutos) / total de minutos disponíveis no período.

2.10.1.2.7. Faixas de ajuste no pagamento:

2.10.1.2.7.1. Entre 0,95 e 1: $M2 = 1$

2.10.1.2.7.2. Entre 0,90 e 0,70: $M2 = 0,85$

2.10.1.2.7.3. Abaixo de 0,70: $M2 = 0,7$

2.10.1.2.7.4. Sanções: Se o índice ficar abaixo de 0,90 por 3 meses consecutivos, poderá ocorrer rescisão contratual.

3. **FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

3.1. A Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal (Seduh) necessita de novos equipamentos de impressão para modernizar e garantir a continuidade de suas atividades administrativas e técnicas. A disponibilização de impressoras multifuncionais policromáticas A4, aliada à configuração de impressões A3 nas impressoras Lexmark CS921de já existentes, é essencial para aprimorar a produtividade, eficácia e eficiência das operações da Seduh, especialmente no que se refere ao desenvolvimento urbano e habitacional do Distrito Federal.

3.2. Atualmente, a Seduh conta com 554 usuários ativos, incluindo servidores efetivos, comissionados, requisitados, estagiários e colaboradores eventuais, que dependem dos serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) para a realização de suas atividades. As áreas administrativas demandam equipamentos que possibilitem impressões, digitalizações e cópias de documentos, enquanto as áreas técnicas requerem impressoras capazes de produzir documentos urbanísticos, plantas e projetos em alta qualidade.

3.3. Os equipamentos de impressão atualmente em uso na Seduh foram adquiridos em 2019, com algumas impressoras A4 monocromáticas datando de mais de oito anos, oriundas de doações do Tribunal Superior do Trabalho (TST). Esses equipamentos, além de estarem com a vida útil comprometida, apresentam problemas frequentes devido ao desgaste natural das peças eletromecânicas. A ausência de garantia e suporte técnico, somada à falta de contratos de manutenção em vigor, agrava a situação, resultando em custos elevados e dificuldades operacionais.

3.4. Além disso, a criação de novas unidades e a realocação de setores dentro da sede da Seduh intensificaram a necessidade de novos equipamentos. Atualmente, há alas sem impressoras adequadas às demandas dos servidores, o que impacta negativamente a eficiência das operações e o fluxo de trabalho, especialmente nas áreas que demandam impressões de alta qualidade e cópias em grande volume.

3.5. Solução Proposta:

3.5.1. Configuração de Impressões A3 nas Impressoras Lexmark CS921de: As demandas de impressão A3 serão atendidas pelas impressoras Lexmark CS921de já existentes, otimizando o uso desses equipamentos e evitando custos desnecessários com o fornecimento de novas impressoras A3.

3.5.2. Fornecedor de Impressoras Multifuncionais Coloridas A4: Serão fornecidas impressoras multifuncionais coloridas A4 para as alas que atualmente não possuem equipamentos adequados, garantindo a cobertura completa das necessidades de impressão, cópia e digitalização em toda a Seduh.

3.6. **Estimativa e memória de cálculo:**

3.6.1. Atualmente as unidades da Seduh ocupam 18 alas (norte e sul) no edifício sede, distribuídas em 10 andares, porém somente 05 impressoras para atendimento da demanda de impressão de grande porte e 10 impressoras que vieram de doação e estão sem garantia de manutenção e mais de 10 anos em operação. Considerando a necessidade de novos equipamentos para atender a demanda das novas unidades criadas e as que foram realocadas em outros andares da sede da Seduh e que estão sem impressoras compatíveis com as atividades desempenhadas pelos servidores.

3.6.2. Portanto, torna-se indispensável o fornecimento de mais 15 equipamentos de impressão para atendimento das áreas técnicas e administrativas com impressão, cópia e digitalização que deverão ser distribuídas nas alas que estão sem impressoras e necessitam destes equipamentos, ou para substituição das impressoras que vieram de doação e estão frequentemente apresentando problemas.

Andar	Ala	Setor	Impressora Atual	Necessidade
4º Subsolo	Norte	Protocolo CAP	ML 3471 - doação	Multifuncional Color A4
Térreo	Sul	CILIRB	ML 3471 - doação	Multifuncional Color A4
Térreo	Sul	Ouvidoria	ML 3471 - doação	Multifuncional Color A4
Térreo	Norte	CAP/Protocolo	ML 3471 - doação	Multifuncional Color A4
Sobreloja	Norte	COPAD	ML 3471 - doação	Multifuncional Color A4
7º Andar	Norte	SUALIC	ML 3471 - doação	Multifuncional Color A4
7º Andar	Sul	UAJ	ML 3471 - doação	Multifuncional Color A4
7º Andar	Sul	SCUB	ML 3471 - doação	Multifuncional Color A4
9º Andar	Norte	SUPROJ	ML 3471 - doação	Multifuncional Color A4

Andar	Ala	Setor	Impressora Atual	Necessidade
9º Andar	Sul	SUDEC	Lexmark Color A3	Configuração A3 (Lexmark CS921de)
10º Andar	Norte	SUPLAN	ML 3471 - doação	Multifuncional Color A4
10º Andar	Sul	SUPAR	Lexmark Color A3	Configuração A3 (Lexmark CS921de)
13º Andar	Norte	UNGEO	ML 3471 - doação	Multifuncional Color A4
13º Andar	Sul	UNTEC	ML 3471 - doação	Multifuncional Color A4
14º Andar	Norte	CAP	Lexmark Color A3	Configuração A3 (Lexmark CS921de)
14º Andar	Sul	SUAG/COGEF	ML 3471 - doação	Multifuncional Color A4
18º Andar	Norte	ASCOM/ASCOL	Lexmark Color A3	Configuração A3 (Lexmark CS921de)
18º Andar	Sul	Gabinete	ML 3471 - doação	Multifuncional Color A4
19º Andar	Norte	Assessorias	ML 3471 - doação	Multifuncional Color A4
19º Andar	Sul	SUAG	Lexmark Color A3	Configuração A3 (Lexmark CS921de)

3.6.3. Para estimar a quantidade de impressões necessárias para atendimento da demanda foi utilizada a média de impressões dos últimos meses, pois atualmente não há um controle mensal sobre essas impressões, apenas possuímos a gestão sobre os insumos utilizados para controlar o estoque para o planejamento de futuras aquisições.

3.6.4. Na tabela abaixo estão listadas as impressoras por andar, bem como a quantidade de impressões monocromáticas e policromáticas de acordo com o relatório retirado em dezembro de 2025.

Impressora	Qtd Impressões - 45 meses	Média mensal color e mono	Média anual color e mono	Média mono - 12 meses	Média color - 12 meses
Lexmark 9 andar	75.502	1.678	20.134	5.897	14.237
Lexmark 10 andar	63.947	1.421	17.053	5.281	11.771
Lexmark 14 andar	41.245	917	10.999	4.199	6.800
Lexmark 18 andar	51.604	1.147	13.761	6.435	7.326
Lexmark 19 andar	130.845	2.908	34.892	12.909	21.983
15 und - Samsung ML3710	100.000	556	6.667	6.667	x
Média Total		1.614	19.368	6.944	12.424

3.6.5. Portanto, baseado no relatório de impressões acima, bem como na demanda reprimida dos andares que encontram-se sem impressoras adequadas, estima-se a quantidade estimada de 1000 impressões monocromáticas A4 e 1000 impressões policromáticas A4. Como as impressoras coloridas não estavam devidamente configuradas por perfil, estima-se que a quantidade de impressões coloridas esteja superdimensionadas por não haver atualmente um controle efetivo de permissões mono/color.

3.7. Tabela de Estimativas de Impressões (15 Impressoras)

Tipo de Impressão	Quantidade Mensal por Impressora	Quantidade Mensal Total (15 Impressoras)	Quantidade Anual Total (15 Impressoras)	Quantidade Total 48 Meses (15 Impressoras)
Impressões Mono A4	1.200	18.000	216.000	864.000
Impressões Color A4	1.000	15.000	180.000	720.000

3.8. Alinhamento ao Plano Estratégico e PDTIC:

ALINHAMENTO AOS PLANOS ESTRATÉGICOS	
ID	Objetivos Estratégicos

N86	Prestação de serviços de Outsourcing de Impressão, com fornecimento de impressoras multifuncionais A3 e A4 M Policromáticas.
M10	IMPLANTAR A GESTÃO DE CONTINUIDADE DE SERVIÇOS DE TIC. Ano 2024
M14	OTIMIZAÇÕES E MELHORIAS DA INFRAESTRUTURA TECNOLÓGICA. Ano 2024

ALINHAMENTO AO PDTIC 2024/2026			
ID	Ação do PDTIC	ID	Meta do PDTIC a
A15.1	Prestação de serviços de Outsourcing de Impressão, com fornecimento de impressoras multifuncionais A3 e A4 Monocromáticas e Policromáticas.	M10	IMPLANTAR A GE CONTINUIDADE DE S TIC. Ano 20

3.9. Fundamentação Legal

3.9.1. A contratação obedecerá ao disposto a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei de Licitações e Contratos Administrativos, regulamentado pelo [Decreto Distrital nº 44.330, de 16 de março de 2023](#), e demais alterações posteriores, bem como demais normativos constantes no instrumento convocatório e seus anexos.

3.10. Princípio da Padronização

3.10.1. A presente contratação observa o princípio da padronização, tendo em vista que as especificações técnicas e de desempenho foram definidas com base em parâmetros objetivos para garantir a compatibilidade entre os equipamentos e a infraestrutura existente, bem como a uniformidade na prestação dos serviços, observadas as condições de manutenção, assistência técnica e garantia oferecidas.

3.10.2. Em observância ao artigo 40, §1º, inciso I, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, combinado com o inciso II do artigo 36 do [Decreto Distrital nº 44.330, de 16 de março de 2023](#), foi verificada a existência de Catálogo Eletrônico de Padronização no âmbito do Governo Federal, disponível em PNCP – Catálogo Eletrônico de Padronização. Constatou-se que os serviços de outsourcing de impressão não integram catálogo eletrônico vigente, o que justifica a necessidade de especificações próprias para o certame.

3.10.3. Além disso, a uniformização dos equipamentos e serviços de impressão no ambiente da Administração Pública proporciona redução de custos operacionais e administrativos, eficiência na gestão de suprimentos e manutenção, além de otimização dos processos de suporte técnico e atendimento aos usuários. O modelo de outsourcing permite a adoção de uma solução padronizada para todo o órgão, garantindo melhor controle, previsibilidade orçamentária e maior disponibilidade dos equipamentos.

3.10.4. Dessa forma, a opção pela contratação de outsourcing de impressão se apresenta como a melhor solução para atender ao princípio da padronização, assegurando eficiência, economicidade e continuidade operacional, sem prejuízo à inovação e à adoção de novas tecnologias que aprimorem a prestação dos serviços.

3.11. Plano de Contratações Anual (PCA)

3.11.1. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme consta das informações básicas desse termo de referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Requisitos de Negócio:

4.1.1. A presente contratação orienta-se pelos seguintes requisitos de negócio:

4.1.1.1. Produção de Documentos Urbanísticos: Impressões de alta qualidade de plantas, projetos e outros documentos técnicos;

4.1.1.2. Eficiência Administrativa: Impressão, cópia e digitalização de documentos administrativos e legais;

4.1.1.3. Aumento da Produtividade: Equipamentos de impressão confiáveis e de alta performance para suportar o volume de trabalho diário;

4.1.1.4. Manutenção da Continuidade dos Serviços: Minimizar o tempo de inatividade dos equipamentos de impressão; e

4.1.1.5. Suporte a Novas Unidades: Atender às necessidades de impressão das novas unidades e alas realocadas.

4.2. Requisitos Legais

4.2.1. A contratação deve observar os preceitos estabelecidos na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que rege as normas de licitações e contratos administrativos;

4.2.2. A Instrução Normativa nº 94, de 2022, que dispõe sobre diretrizes para contratação de serviços de TIC no âmbito da administração pública federal;

4.2.3. Decreto nº 39.680, de 2019, que regulamenta a contratação de serviços terceirizados no âmbito da administração pública distrital; e

4.2.4. Portaria SGD/MGI nº 370, de 08 de março de 2023.

4.3. **Requisitos de Segurança e Privacidade**

4.3.1. Devem ser implementadas medidas de segurança da informação e proteção de dados conforme a LGPD e IN 94, de 2022, garantindo a confidencialidade das informações e restringindo o acesso a pessoal autorizado.

4.4. **Requisitos Sociais, Ambientais e Culturais**

4.4.1. A contratação deve promover a responsabilidade social, respeitando normas trabalhistas e incentivando a inclusão social;

4.4.2. Práticas de sustentabilidade ambiental, como o uso de papel reciclado e a reciclagem de cartuchos, são essenciais;

4.4.3. Além disso, deve-se valorizar a diversidade cultural na execução dos serviços.

4.5. **Requisitos da Arquitetura Tecnológica**

4.5.1. Os equipamentos e sistemas de impressão devem ser compatíveis com a infraestrutura existente (CAT 5/6) e capazes de integrar-se a outros sistemas tecnológicos (navegadores chrome/mozilla);

4.5.2. O contrato deve assegurar a atualização tecnológica contínua e a adoção de soluções escaláveis e flexíveis para atender à demanda variável da Seduh;

4.6. **Requisitos de Projeto e de Implementação**

4.6.1. Não se aplica.

4.6.2. Como se trata de um modelo de prestação contínua, a implantação segue processos predefinidos pelo fornecedor, sem necessidade de um projeto técnico detalhado para a adaptação à realidade da Seduh.

4.7. **Requisitos de Experiência Profissional**

4.7.1. Não se aplica.

4.7.2. Diferentemente de contratações que exigem a alocação de profissionais especializados para execução direta dos serviços, o modelo adotado transfere total responsabilidade da operação para a contratada, que garante a manutenção e funcionamento adequado dos equipamentos.

4.7.3. Assim, a experiência individual de profissionais não impacta diretamente na execução do serviço, visto que a empresa deve garantir a disponibilidade da infraestrutura contratada.

4.8. **Requisitos de Formação da Equipe**

4.8.1. Não se aplica.

4.8.2. A solução de outsourcing não exige uma equipe dedicada alocada exclusivamente para a Seduh;

4.8.3. A manutenção, suporte e monitoramento são executados conforme a demanda, podendo ser realizados de forma remota ou por visitas técnicas agendadas;

4.8.4. Dessa forma, não há necessidade de definir requisitos de formação para uma equipe específica, pois a prestadora do serviço se responsabiliza integralmente por disponibilizar técnicos capacitados conforme a demanda.

4.9. **Requisitos de Metodologia de Trabalho**

4.9.1. Não se aplica.

4.9.2. A execução dos serviços de outsourcing de impressão não demanda a adoção de metodologias de trabalho específicas pela Seduh, pois a contratada segue seus próprios procedimentos operacionais, previamente estabelecidos e otimizados para a prestação desse tipo de serviço;

4.9.3. A contratada deve garantir atendimento aos níveis mínimos de serviço (NMS) estabelecidos no contrato, independentemente da metodologia utilizada para gerenciar a entrega dos serviços.

4.10. **Requisitos de Segurança da Informação e Privacidade**

4.10.1. A CONTRATADA será expressamente responsabilizada quanto à manutenção de sigilo absoluto sobre quaisquer dados, informações, códigos-fonte e artefatos contidos em quaisquer documentos e em quaisquer mídias de que venha a ter conhecimento durante a execução dos trabalhos. Não poderá, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar tais documentos, independentemente da classificação de sigilo conferida pela Seduh, sob pena de lei, conforme estabelecido pela Lei 14.133 de 2021 e demais normas aplicáveis.

4.10.2. A CONTRATADA não poderá divulgar quaisquer informações a que tenha acesso em virtude dos trabalhos a serem executados ou de que tenha tomado conhecimento em decorrência da execução do objeto sem autorização por escrito da Seduh, sob pena de aplicação das sanções cabíveis, além do pagamento de indenização por

perdas e danos.

4.10.3. A CONTRATADA deverá manter sigilo absoluto sobre todas as informações provenientes dos serviços realizados.

4.10.4. Cada profissional da CONTRATADA deverá assinar termo de responsabilidade, sigilo e compromisso, comprometendo-se a não divulgar nenhum assunto tratado nas dependências da Seduh ou a serviço destes, salvo se expressamente autorizado.

4.10.5. Serão consideradas como informação sigilosa todas e quaisquer informações escritas ou orais, reveladas à outra parte, contendo ou não a expressão confidencial e/ou reservada. Abrange toda informação escrita, verbal, ou em linguagem computacional em qualquer nível, ou de qualquer outro modo apresentada, tangível ou intangível, podendo incluir, mas não se limitando a: know-how, técnicas, especificações, relatórios, compilações, código-fonte de programas de computador na íntegra ou em partes, fórmulas, desenhos, cópias, modelos, amostras de ideias, aspectos financeiros e econômicos, definições, informações sobre as atividades da CONTRATANTE.

4.11. **Vistoria**

4.11.1. Não se aplica, pois não há necessidade de inspeção técnica das instalações da contratante para a execução do serviço.

4.11.2. A contratada é responsável por fornecer equipamentos compatíveis com os requisitos estabelecidos no contrato, garantindo sua instalação, operação e manutenção sem necessidade de avaliação prévia por parte da contratante.

4.12. **Sustentabilidade**

4.12.1. A contratada deverá declarar que atende aos requisitos de sustentabilidade previstos no art. 2º, da Lei Distrital n.º 4.770, de 22 de fevereiro de 2012, com vistas à convergência ao art. 2º do [Decreto Distrital nº 44.330, de 16 de março de 2023](#), que regulamenta a Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito da Administração Pública direta, autárquica e fundacional do Distrito Federal, a fim de estabelecer a implementação de critérios, práticas e ações de logística sustentável, devendo ser observados os requisitos ambientais com menor impacto ambiental em relação aos seus similares.

4.12.2. Para atendimento aos termos da Lei Distrital n.º 4.770, de 2012, o licitante pode apresentar documento probatório de que possui compromisso com a sustentabilidade ambiental, que poderá ser feito da seguinte forma:

4.12.2.1. Por declaração, onde a licitante afirma possuir o compromisso e responsabilidade com a sustentabilidade ambiental, nos termos das exigências impostas pela Lei Distrital n.º 4.770, de 2012; ou

4.12.2.2. Com a apresentação de documento probatório (atestado, declaração, certificado, registro, credenciamento, etc.) emitido por órgãos públicos de qualquer ente da federação que tenha competência legal na área ambiental que o produto ofertado, comercializado, ou o fornecedor, distribuidor ou fabricante está devidamente cadastrado, registrado, etc. no respectivo órgão; ou

4.12.2.3. Com a apresentação de documentos que o fornecedor está em fase de implantação de práticas sustentáveis, informando, no referido documento, quais são as práticas já implantadas e quais as metas pretendidas a atingir na questão da sustentabilidade ambiental.

4.12.2.4. No caso do licitante apresentar os documentos comprobatórios, poderá ser designada uma comissão de avaliadores que, juntamente com o agente de contratação, poderá inspecionar/vistoriar o estabelecimento ou o ponto comercial do licitante, a fim de verificar as informações e declarações apresentadas.

4.12.2.5. Caso seja detectado pelos inspetores/avaliadores que as informações declaradas pelo licitante não sejam verdadeiras, ou que esteja de má-fé, serão tomadas as medidas administrativas, e se for o caso, penais, cabíveis ao caso.

4.13. **Da subcontratação**

4.13.1. A subcontratação somente será admitida para serviços de assistência técnica de manutenção preventiva e corretiva.

4.13.2. Nos casos de subcontratação, a CONTRATADA deverá no ato da assinatura do contrato, prestar todas as informações necessárias, tais como, relação atualizada das empresas subcontratadas durante a vigência do contrato.

4.13.3. Atualizar todas as informações necessárias sobre empresas subcontratadas sempre que houver trocas. Não serão admitidas subcontratações para técnicos residentes.

4.14. **Da verificação de amostra do objeto**

4.14.1. Não haverá exigência de realização de prova de conceito ou amostras para o presente certame.

4.14.2. A verificação de amostra do objeto não será exigida na contratação de serviços de outsourcing de impressão, na modalidade pagamento fixo mensal por impressora mais pagamento por página impressa, pois o objeto da contratação está baseado em especificações técnicas padronizadas e requisitos mínimos previamente definidos no Termo de Referência.

4.15. **Garantia da Contratação**

4.15.1. A critério da autoridade competente em cada caso, poderá ser exigida, prestação de garantia, em valor correspondente até 5% do valor total do contrato, de acordo com artigos 98, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, podendo optar por qualquer das modalidades previstas no art. 96, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, a saber:

4.15.1.1. Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

4.15.1.2. Seguro-garantia;

4.15.1.3. Fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

4.15.1.4. Título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.

4.15.2. Em caso da opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária terá prazo de 01 mês, contado da data de homologação da licitação, para sua apresentação, que deve ocorrer antes da assinatura do contrato;

4.15.3. A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da contratante, contados da assinatura do contrato;

4.15.4. Sobre a modalidade de seguro garantia:

4.15.4.1. A apólice permanecerá em vigor mesmo que a CONTRATADA não pague o prêmio nas datas convencionadas;

4.15.4.2. A apólice deverá ter validade durante a execução do contrato e por 90 dias após o término de sua vigência, nos termos da Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017 da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão do Governo Federal, permanecendo em vigor mesmo que a CONTRATADA não pague o prêmio nas datas convencionadas;

4.15.4.3. A apólice do seguro garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora;

4.15.4.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvada a hipótese de suspensão do contrato; e

4.15.4.5. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, a CONTRATADA ficará desobrigada de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração;

4.15.5. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

4.15.5.1. Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

4.15.5.2. Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada;

4.15.5.3. Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela contratada, quando couber;

4.15.5.4. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no Subitem 23.7, observada a legislação que rege a matéria;

4.15.5.5. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pela autoridade competente;

4.15.5.6. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil;

4.15.5.7. Caso a contratada opte pela caução em dinheiro, a empresa deverá realizar TED ou depósito para a Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal, CNPJ 00.394.684/0001-53, no Banco Regional de Brasília (BRB) - 070; Agência 0100; Conta Corrente 100.800.482-8;

4.15.5.8. No caso de alteração do valor do contrato ou prorrogação de sua vigência a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação;

4.15.5.9. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 05 dias úteis, contados da data em que for notificada, nos termos do art. 175, do [Decreto Distrital nº 44.330, de 16 de março de 2023](#);

4.15.5.10. A CONTRATANTE executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria;

4.15.5.11. O emitente da garantia ofertada pela CONTRATADA deverá ser notificado pela contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021); e

4.15.5.12. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20, da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

4.15.6. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da contratante, mediante termo circunstanciado, de que a contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;

4.15.7. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente;

4.15.8. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada;

4.15.9. A contratada autoriza a contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste contrato;

4.15.10. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto prevista especificamente no Termo de Referência; e

4.15.11. Sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, a não prestação da garantia exigida será considerada recusa injustificada em assinar o contrato e implicará na imediata anulação da nota de empenho emitida.

5. PAPÉIS E RESPONSABILIDADES

5.1. São obrigações da CONTRATANTE:

5.1.1. Nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos;

5.1.2. Encaminhar formalmente a demanda por meio de Ordem de Serviço ou de Fornecimento de Bens, de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de Referência;

5.1.3. Receber o serviço contratado e atestar a Nota Fiscal/Fatura desde que atendidas todas as exigências e especificações constantes no termo de referência;

5.1.4. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com o Termo de Referência e sua proposta;

5.1.5. Exercer o acompanhamento e a fiscalização da execução dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

5.1.6. Notificar a CONTRATADA, por escrito, da ocorrência de eventuais imperfeições, quaisquer falhas verificadas no cumprimento do contrato, fixando prazo para a sua correção;

5.1.7. Efetuar o pagamento devido pelo fornecimento dos serviços no prazo estabelecido, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências previstas;

5.1.8. Permitir, dentro das normas internas, o acesso dos empregados da CONTRATADA às suas dependências, ao local de prestação de serviços, desde que devidamente identificados e acompanhados por representante do CONTRATANTE;

5.1.9. Determinar providências que entender necessárias visando suprir ou sanar irregularidades, atrasos e falhas ocorridas; e

5.1.10. Rejeitar, no todo ou em parte, a prestação de serviços em desacordo com as obrigações assumidas pela CONTRATADA.

5.2. São obrigações do CONTRATADO

5.2.1. Indicar formalmente preposto apto a representá-la junto à contratante, que deverá responder pela fiel execução do contrato;

5.2.2. Atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual;

5.2.3. Propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela contratante, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, desde que motivadas as causas e

justificativas desta decisão;

5.2.4. Executar a prestação de serviços de acordo as especificações e condições estabelecidas neste termo de referência e edital;

5.2.5. Comunicar imediatamente a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação (Seduh), bem como ao contratante qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária, e-mail e telefone, indicado na respectiva proposta de preços, como também, outras informações julgadas necessárias para o recebimento de correspondências encaminhadas pelos diversos órgãos integrantes da centralização de compras do Distrito Federal;

5.2.6. Responder integralmente pelos danos causados diretamente à administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização, ou o acompanhamento empreendido pelo contratante;

5.2.7. Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação exigidas neste instrumento, além de sujeitar-se a outras obrigações no Código de Proteção e Defesa do Consumidor Lei Federal n.º 8.078, de 1990, que sejam compatíveis com o regime de Direito Público;

5.2.8. Comunicar por escrito eventual atraso, apresentando justificativas que serão objeto de apreciação pela contratante;

5.2.9. Atender, no prazo fixado, às solicitações do fiscal técnico, fiscal administrativo e/ou gestor do contrato;

5.2.10. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, nos termos do art. 125 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

5.2.11. Responsabilizar-se única e exclusivamente, pelo pagamento de todos os encargos e demais despesas, diretas ou indiretas, decorrentes da execução do objeto do presente termo de referência, tais como impostos, taxas, contribuições fiscais, previdenciárias, trabalhistas, fundiárias, fretes; enfim, por todas as obrigações e responsabilidades, sem qualquer ônus à contratante;

5.2.12. Assegurar que a prestação de serviços estará em consonância com as normas vigentes e demais legislações relacionadas à sua natureza, de forma a garantir a qualidade do serviço apresentado, conforme art. 42, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

5.2.13. Não alegar, em hipótese alguma, como justificativa ou defesa, desconhecimento, incompreensão, dúvidas ou esquecimento das cláusulas e condições do contrato e das especificações técnicas, bem como de tudo o que estiver contido nas normas pertinentes ao objeto;

5.2.14. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do art. 124, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

5.2.15. Fazer a transição contratual, quando for o caso;

5.2.16. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, em consonância com a Lei Distrital n.º 5.061, de 2013;

5.2.17. Observar as diretrizes referentes às medidas de prevenção e apuração de denúncias de assédio moral ou sexual, conforme estabelecido no Decreto Distrital nº 44.701, de 05 de julho de 2023; e

5.2.18. É vedado à contratada contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão ou entidade contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

6.1. Condições de execução

6.1.1. O prazo de instalação dos equipamentos e disponibilização para utilização dos mesmos, contado a partir da assinatura do contrato, será de até 60 dias corridos.

6.1.2. A montagem e a instalação dos equipamentos deverão ser feitas pela CONTRATADA nos locais de entrega indicados pelo órgão, salvo se disposto em contrário no contrato, na autorização de fornecimento ou em documentos anexo à Nota de Empenho.

6.1.3. Os equipamentos deverão ser entregues durante o horário de funcionamento, no período de 09:00h às 12:00h e de 14:00 às 17:00h.

6.2. Cronograma de realização dos serviços:

6.2.1. Não se aplica.

6.2.2. A contratação de serviços de outsourcing de impressão, na modalidade pagamento fixo mensal por

impressora mais pagamento por página impressa, trata-se de um serviço contínuo, que não possui fases específicas de execução ou entregas intermediárias.

6.2.3. Dessa forma, não se aplica um cronograma rígido, pois a prestação do serviço ocorre de forma ininterrupta ao longo da vigência contratual, conforme a demanda dos usuários e o uso dos equipamentos disponibilizados.

6.3. Materiais a serem disponibilizados:

6.3.1. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada será responsável pelo fornecimento de todos os insumos necessários, incluindo equipamentos, suprimentos (exceto papel), peças de reposição, manutenção corretiva e preventiva, além de suporte técnico especializado.

6.3.2. Todos os materiais e ferramentas utilizadas deverão atender às especificações técnicas estabelecidas no Termo de Referência, sendo substituídos imediatamente em caso de defeitos ou ineficiência operacional, garantindo a continuidade dos serviços.

6.4. Especificação da garantia do serviço:

6.4.1. Não se aplica.

6.4.2. A garantia convencional de produtos ou serviços não se aplica a esta contratação, pois os equipamentos pertencem à Contratada e sua disponibilidade e desempenho são garantidos por meio dos níveis mínimos de serviço (NMS) estabelecidos no contrato.

6.4.3. Qualquer falha, defeito ou necessidade de substituição dos equipamentos deverá ser solucionada imediatamente pela Contratada, sem custos adicionais, conforme os prazos e padrões de atendimento definidos.

6.5. Formas de transferência de conhecimento:

6.5.1. Não será necessária transferência de conhecimento devido às características do objeto.

6.5.2. A transferência de conhecimento não se aplica, pois o serviço contratado não envolve a capacitação de servidores da Seduh para operar ou realizar a manutenção dos equipamentos.

6.5.3. A Contratada é integralmente responsável pela instalação, operação e suporte técnico das impressoras, garantindo que a Seduh não precise alocar equipe própria para essas atividades.

6.6. Procedimentos de transição e finalização do contrato:

6.6.1. Não há necessidade de procedimentos formais de transição no encerramento do contrato, uma vez que os equipamentos e a infraestrutura são fornecidos pela Contratada e serão retirados ao término da vigência contratual.

6.6.2. A Seduh não será responsável por qualquer manutenção ou devolução de ativos, cabendo à empresa contratada a retirada e a eventual substituição do parque de impressão caso um novo contrato seja firmado.

6.7. Quantidade mínima de serviços para comparação e controle:

6.7.1. Cada OS conterá o volume de serviços demandados, incluindo a sua localização e o prazo, conforme modelo descrito no ANEXO I.

6.8. Mecanismos formais de comunicação:

6.8.1. São definidos como mecanismos formais de comunicação, entre a Contratante e o Contratado, os seguintes:

6.8.2. Ordem de Serviço;

6.8.3. Ata de Reunião;

6.8.4. Ofício;

6.8.5. Sistema de abertura de chamados;

6.8.6. E-mails e Cartas;

6.9. Manutenção de Sigilo e Normas de Segurança

6.9.1. O Contratado deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados e informações contidos em quaisquer documentos e mídias, incluindo os equipamentos e seus meios de armazenamento, de que venha a ter conhecimento durante a execução dos serviços, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pelo Contratante a tais documentos.

6.9.2. O Termo de Compromisso e Manutenção de Sigilo, contendo declaração de manutenção de sigilo e respeito às normas de segurança vigentes na entidade, a ser assinado pelo representante legal do Contratado, e Termo de Ciência, a ser assinado por todos os empregados do Contratado diretamente envolvidos na contratação, encontram-se no ANEXO II.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.3. As comunicações entre o contratante e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica.

7.4. O contratante poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.5. O órgão ou entidade deverá permitir, consoante com as normas internas, o acesso dos empregados da contratada às suas instalações, para entrega dos produtos solicitados.

7.6. **Preposto**

7.6.1. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

7.6.2. A Contratada deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período definido entre as partes.

7.6.3. Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade

7.7. **Reunião Inicial**

7.7.1. Após a assinatura do Contrato e a nomeação do Gestor e Fiscais do Contrato, será realizada a Reunião Inicial de alinhamento com o objetivo de nivelar os entendimentos acerca das condições estabelecidas no Contrato, Edital e seus anexos, e esclarecer possíveis dúvidas acerca da execução dos serviços.

7.7.2. A reunião será realizada em conformidade com o previsto no inciso I do Art. 31 da IN SGD/ME nº 94, de 2022, recepcionado pelo Decreto Distrital N.º 45.011, 27 de setembro de 2023 e ocorrerá em até 10 dias úteis da assinatura do Contrato, podendo ser prorrogada a critério da Contratante.

7.7.3. A pauta desta reunião observará, pelo menos:

7.7.3.1. Presença do representante legal da contratada, que apresentará o seu preposto;

7.7.3.2. Entrega, por parte da Contratada, do Termo de Compromisso e dos Termos de Ciência;

7.7.3.3. Esclarecimentos relativos a questões operacionais, administrativas e de gestão do contrato;

7.7.3.4. A Carta de apresentação do Preposto deverá conter no mínimo o nome completo e CPF do funcionário da empresa designado para acompanhar a execução do contrato e atuar como interlocutor principal junto à Contratante, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder as principais questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento contratual;

7.7.3.5. Apresentação das declarações/certificados do fabricante, comprovando que o produto ofertado possui a garantia solicitada neste termo de referência.

7.8. **Fiscalização**

7.8.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, [art. 117, caput](#)), nos termos do art. 33 da [IN SGD nº 94, de 2022](#), recepcionado pelo Decreto Distrital N.º 45.011, 27 de setembro de 2023 observando-se, em especial, as rotinas a seguir.

7.8.2. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, em conformidade com o art. 120 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

7.9. **Do Fiscal Requisitante**

7.9.1. O Fiscal Requisitante do Contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, III, da [IN SGD nº 94, de 2022](#), recepcionado pelo Decreto Distrital N.º **45.011, 27 de setembro de 2023**, acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, conforme o art. 26 do [Decreto Distrital nº 44.330, de 16 de março de 2023](#).

7.9.1.1. avaliar a qualidade dos serviços realizados ou dos bens entregues e justificativas, a partir da aplicação das listas de verificação e de acordo com os critérios de aceitação definidos em contrato, em conjunto com o Fiscal Técnico do Contrato;

- 7.9.1.2. identificar não conformidades com os termos contratuais, em conjunto com o Fiscal Técnico do Contrato;
- 7.9.1.3. encaminhar as demandas de correção à contratada, caso disponha de delegação de competência do Gestor do Contrato;
- 7.9.1.4. apoiar o Fiscal Técnico na elaboração do Termo de Recebimento Provisório;
- 7.9.1.5. verificar a manutenção da necessidade, economicidade e oportunidade da contratação, com apoio do Fiscal Técnico do Contrato;
- 7.9.1.6. verificar a manutenção das condições definidas nos Modelos de Execução e de Gestão do contrato, em conjunto com o Fiscal Técnico do Contrato; e
- 7.9.1.7. apoiar o Gestor do Contrato na manutenção do Histórico de Gestão do Contrato;

7.10. Fiscalização Técnica

- 7.10.1. O fiscal técnico do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, II, da [IN SGD nº 94, de 2022](#), recepcionado pelo Decreto Distrital N.º 45.011, 27 de setembro de 2023, acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, conforme o inciso VI do art. 24 do [Decreto Distrital nº 44.330, de 16 de março de 2023](#).
- 7.10.2. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados, de acordo com §1º, do art. 117, Lei Federal n.º 14.133, de 2021, e inciso II do art. 24 do [Decreto Distrital nº 44.330, de 16 de março de 2023](#);
- 7.10.3. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção, conforme o inciso III do art. 24 do [Decreto Distrital nº 44.330, de 16 de março de 2023](#).
- 7.10.4. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso, conforme o inciso IV do art. 24 do [Decreto Distrital nº 44.330, de 16 de março de 2023](#).
- 7.10.5. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato, conforme o inciso V do art. 24 do [Decreto Distrital nº 44.330, de 16 de março de 2023](#).
- 7.10.6. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual, conforme o inciso VII do art. 24 do [Decreto Distrital nº 44.330, de 16 de março de 2023](#).

7.11. Fiscalização Administrativa

- 7.11.1. O fiscal administrativo do contrato, além de exercer as atribuições previstas no [art. 33, IV, da IN SGD nº 94, de 2022](#), recepcionado pelo Decreto Distrital N.º 45.011, 27 de setembro de 2023, verificará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário, conforme o inciso II do art. 25 do [Decreto Distrital nº 44.330, de 16 de março de 2023](#).
- 7.11.1.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência, conforme o inciso IV do art. 25 do [Decreto Distrital nº 44.330, de 16 de março de 2023](#).

7.12. Gestor do Contrato

- 7.12.1. O gestor do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, I, da IN SGD nº 94, de 2022, recepcionado pelo Decreto Distrital N.º 45.011, 27 de setembro de 2023, coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV](#)).
- 7.12.2. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais, conforme o inciso IV do art. 23 do [Decreto Distrital nº 44.330, de 16 de março de 2023](#).

7.12.3. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência, conforme o inciso II do art. 23 do [Decreto Distrital nº 44.330, de 16 de março de 2023](#).

7.12.4. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme o inciso VIII do art. 23 do [Decreto Distrital nº 44.330, de 16 de março de 2023](#).

7.12.5. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o [art. 158 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso, de acordo com o inciso X do art. 23 do [Decreto Distrital nº 44.330, de 16 de março de 2023](#).

7.12.6. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual, conforme o inciso VII do art. 23 do [Decreto Distrital nº 44.330, de 16 de março de 2023](#).

7.12.7. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração, conforme o inciso VI do art. 23 do [Decreto Distrital nº 44.330, de 16 de março de 2023](#).

8. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

8.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto disposto neste item.

8.2. A avaliação da execução dos serviços contratados será realizada mensalmente, utilizando o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme detalhado a seguir:

8.2.1. **Composição do Valor Mensal** - O valor mensal a ser pago à CONTRATADA será composto por:

8.2.1.1. **Valor Fixo Mensal:** Remuneração pela disponibilização dos equipamentos e serviços associados, conforme estabelecido no contrato.

8.2.1.2. **Valor Variável por Página Impressa:** Remuneração calculada com base na quantidade de páginas efetivamente impressas no período, considerando os valores unitários definidos para impressões monocromáticas e coloridas.

8.3. Para assegurar a qualidade dos serviços prestados, serão monitorados os seguintes indicadores de desempenho:

8.3.1. **Índice de Disponibilidade dos Equipamentos (IDE)**

8.3.1.1. Finalidade: Avaliar a proporção de tempo em que os equipamentos estiveram operacionais e disponíveis para uso.

8.3.1.2. Meta: IDE igual ou superior a 98%.

8.3.1.3. Cálculo:

$$IDE = 100 \times \left(\frac{\sum \text{Tempo de Disponibilidade dos Equipamentos}}{\sum \text{Tempo Total Programado}} \right)$$

8.3.1.4. Faixas de Ajuste no Pagamento:

I - IDE \geq 98%: Sem desconto.

II - 95% \leq IDE < 98%: Desconto de 5% sobre o valor fixo mensal.

III - 90% \leq IDE < 95%: Desconto de 10% sobre o valor fixo mensal.

IV - IDE < 90%: Desconto de 20% sobre o valor fixo mensal.

8.3.2. **Índice de Atendimento no Prazo (IAP)**

8.3.2.1. Finalidade: Medir a eficiência no atendimento às solicitações de manutenção e suporte técnico.

8.3.2.2. Meta: IAP igual ou superior a 95%.

8.3.2.3. Cálculo: $IAP = 100 \times \left(\frac{\sum \text{Chamados Atendidos no Prazo}}{\sum \text{Chamados Registrados}} \right)$

8.3.2.4. Faixas de Ajuste no Pagamento:

- I - IAP \geq 95%: Sem desconto.
- II - $90\% \leq$ IAP < 95%: Desconto de 5% sobre o valor fixo mensal.
- III - $85\% \leq$ IAP < 90%: Desconto de 10% sobre o valor fixo mensal.
- IV - IAP < 85%: Desconto de 20% sobre o valor fixo mensal.

8.3.3. Procedimentos de Medição

- 8.3.3.1. Periodicidade: A medição dos indicadores será realizada mensalmente.
 - 8.3.3.2. Responsabilidade: A CONTRATADA deverá fornecer relatórios detalhados dos indicadores, que serão analisados pela fiscalização do contrato.
 - 8.3.3.3. Validação: Os dados apresentados serão verificados por meio de sistemas de monitoramento e registros de chamados técnicos.
- 8.3.4. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:
- 8.3.4.1. Não produzir os resultados acordados;
 - 8.3.4.2. Deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
 - 8.3.4.3. Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada
- 8.3.5. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

8.4. Do recebimento

- 8.4.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 05 dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. ([Art. 140, I, a, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#) e [Arts. 24, X e 25, VII, do Decreto Distrital nº 44.330, de 16 de março de 2023](#)).
- 8.4.2. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.
- 8.4.3. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. ([Art. 24, X, Decreto Distrital nº 44.330, de 16 de março de 2023](#)).
- 8.4.4. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. ([Art. 25, VII, Decreto Distrital nº 44.330, de 16 de março de 2023](#)).
- 8.4.5. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.
- 8.4.6. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.
- 8.4.7. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.
- 8.4.8. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
- 8.4.9. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. ([Art. 119 c/c art. 140 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#)).
- 8.4.10. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.
- 8.4.11. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 8.4.12. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e

administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

8.4.13. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 05 dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

8.4.13.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento ([art. 23, VIII, Decreto Distrital nº 44.330, de 16 de março de 2023](#));

8.4.13.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à Contratada, por escrito, as respectivas correções;

8.4.13.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

8.4.13.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

8.4.13.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

8.4.14. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que concerne à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.4.15. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

8.4.16. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.5. **Das sanções administrativas e procedimentos para retenção ou glosa no pagamento**

8.5.1. Nos casos de inadimplemento na execução do objeto, as ocorrências serão registradas pela Contratante, conforme a tabela abaixo:

ID	Ocorrência	Glosa/Sanção
1	Não prestar os esclarecimentos imediatamente, salvo em casos técnicos com prazo máximo de 24 horas úteis.	Multa de 0,5% sobre o valor total do contrato por dia útil de atraso, até o limite de 5 dias úteis. Após esse prazo, multa de 2% do valor total do contrato.
2	Não atender ao Indicador de Atendimento no Prazo (IAP).	- Glosa de 5% sobre o valor da OS para IAP entre 80% e 89%. - Glosa de 10% sobre o valor da OS para IAP entre 70% e 79%. - Glosa de 20% sobre o valor da OS para IAP inferior a 70%.
3	Não atingir o Índice de Disponibilidade dos Equipamentos (IDE).	- Glosa de 5% sobre o valor da fatura para IDE entre 95% e 97%. - Glosa de 10% sobre o valor da fatura para IDE entre 90% e 94%. - Glosa de 20% sobre o valor da fatura para IDE inferior a 90%.
4	Não cumprir qualquer outra obrigação contratual não citada nesta tabela.	Advertência. Em caso de reincidência ou prejuízo aos resultados da contratação, aplica-se multa de 2% sobre o valor total do contrato.

8.5.2. Nos termos do [art. 19, inciso III da Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022](#), recepcionado pelo Decreto Distrital N.º 45.011, 27 de setembro de 2023, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, nos casos em que o Contratado:

8.5.2.1. não atingir os valores mínimos aceitáveis fixados nos critérios de aceitação, não produzir os resultados ou deixar de executar as atividades contratadas; ou

8.5.2.2. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para fornecimento da solução de TIC, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

8.6. **Da liquidação:**

8.6.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente correrá o prazo de 10 dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, de acordo com as Normas de Planejamento,

8.6.2. Para fins de liquidação o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 8.6.2.1. O prazo de validade;
- 8.6.2.2. A data da emissão;
- 8.6.2.3. Os dados do contrato e do órgão contratante;
- 8.6.2.4. O valor a pagar; e
- 8.6.2.5. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.6.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à CONTRATANTE;

8.6.4. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

8.6.5. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- 8.6.5.1. Verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; e
- 8.6.5.2. Identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.6.6. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da CONTRATADA, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da CONTRATANTE;

8.6.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a CONTRATADA deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da CONTRATADA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para serem acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos;

8.6.8. Persistindo a irregularidade, a CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à CONTRATADA a ampla defesa; e

8.6.9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a CONTRATADA não regularize sua situação junto ao SICAF.

8.7. Do prazo de pagamento:

8.7.1. O pagamento será efetuado em até 30 dias corridos, contados a partir da data de apresentação da Nota Fiscal, desde que o documento de cobrança esteja em condições de liquidação de pagamento; e

8.7.2. Passados 30 dias sem o devido pagamento por parte da Administração, a parcela devida será atualizada monetariamente, desde o vencimento da obrigação até a data do efetivo pagamento de acordo com a variação pro rata tempore do IPCA, nos termos do art. 3º, do Decreto nº 37.121 de 16 de fevereiro de 2016.

8.8. Da forma de pagamento:

8.8.1. O pagamento será realizado em parcela única, por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta-corrente indicados pela CONTRATADA;

8.8.2. As empresas com sede ou domicílio no Distrito Federal, com créditos de valores iguais ou superiores a R\$5.000,00, terão seus pagamentos feitos exclusivamente mediante crédito em conta corrente, em nome do beneficiário junto ao Banco de Brasília S/A – BRB. Para tanto deverão apresentar o número da conta corrente e agência onde deseja receber seus créditos, de acordo com o Decreto Distrital nº 32.767, de 17 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto Distrital nº 36.135, de 12 de dezembro de 2014. Excluem-se dessa exigência os pagamentos a empresas de outros Estados da federação que não mantenham filiais e/ou representações no DF e contratadas pelo Distrito Federal;

8.8.3. A retenção dos tributos não será efetivada caso a CONTRATADA apresente junto com sua Nota Fiscal a comprovação de que seja optante do Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES; e

8.8.4. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na **modalidade pregão**, sob a **forma eletrônica**;

9.2. O critério de julgamento adotado será o de **menor preço por item, considerando o valor para 48 meses**, em atenção aos arts. 114 do [Decreto Distrital nº 44.330, de 16 de março de 2023](#), e ao inciso I, do art. 33 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

9.3. A **adjudicação da contratação** deve ser procedida **POR PREÇO GLOBAL**, conforme justificativas:

9.3.1. A presente contratação refere-se à prestação de serviços continuados de outsourcing de impressão, compreendendo, de forma integrada, a disponibilização de equipamentos, instalação, configuração, gestão de ativos de impressão, manutenção preventiva e corretiva, suporte técnico on-site, reposição de peças e insumos (exceto papel), além da contabilização e bilhetagem de páginas impressas;

9.3.2. Tais componentes constituem uma solução única e indissociável, cuja execução depende de gerenciamento centralizado, padronização tecnológica e operação contínua, sendo tecnicamente interdependentes;

9.3.3. A eventual fragmentação do objeto seja por tipo de equipamento, por volume de impressão (mono/policromática) ou por unidades administrativas acarretaria riscos relevantes à execução contratual, tais como:

9.3.3.1. Despadronização do parque de impressão;

9.3.3.2. Incompatibilidade entre sistemas de bilhetagem e monitoramento;

9.3.3.3. Dificuldade na gestão e fiscalização contratual;

9.3.3.4. Aumento de custos operacionais e administrativos;

9.3.3.5. Comprometimento dos níveis de serviço (SLA) e do suporte técnico.

9.3.4. Além disso, a adoção de múltiplos fornecedores prejudicaria a responsabilização pela prestação do serviço como um todo, especialmente quanto à disponibilidade dos equipamentos e ao cumprimento dos níveis mínimos de serviço estabelecidos;

9.3.5. Dessa forma, conclui-se que o parcelamento do objeto não se mostra técnica nem economicamente viável, nos termos do art. 40, § 3º, incisos I e II, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

9.4. **Proposta**

9.4.1. A proposta comercial deverá ser apresentada por meio do sistema eletrônico, contendo o **valor global da contratação**, bem como **marca do fabricante e modelo do equipamento oferecido** e os valores unitários por item (equipamento e página impressa), já incluídos todos os custos diretos e indiretos necessários à execução do objeto, tais como tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, logística, instalação, manutenção, suporte técnico, reposição de peças e insumos, e demais despesas correlatas.

9.4.2. Serão desclassificadas as propostas que:

9.4.2.1. Não atenderem às especificações técnicas e exigências do Termo de Referência e do Edital;

9.4.2.2. Apresentarem preços inexequíveis ou excessivos, nos termos do art. 59 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

9.4.2.3. Não demonstrarem compatibilidade com os custos de mercado.

9.5. O modo de disputa será **aberto**.

9.5.1. A opção pelo regime "aberto" tem como objetivo principal fomentar a transparência, a competitividade e a eficiência na aquisição do objeto;

9.5.2. A adoção desse regime visa garantir, ainda, uma participação mais ampla de empresas interessadas, aumentando a concorrência no certame, promovendo maior competitividade e publicidade para atingir um valor mais econômico para Administração;

9.5.3. A obtenção da melhor proposta econômica está alinhada aos princípios que regem a administração pública e às legislações vigentes;

9.5.4. Nesse contexto, busca-se por parte das empresas a apresentação de preços mais competitivos visando destacar-se na concorrência, uma vez que a sessão pública de lances somente se finda quando os valores se estabilizam;

9.6. **Regime de Execução**

9.6.1. O regime de execução adotado será o de **empreitada por preço global**, conforme previsto no art. 6º, inciso XXIX, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, em virtude da natureza do serviço demandado, da previsibilidade dos custos envolvidos e da clareza na delimitação do escopo, etapas e entregáveis;

9.7. Participação de Consórcio e de cooperativas

9.7.1. A participação de consórcios não será admitida, uma vez que o objeto a ser contratado encontra-se amplamente disponível no mercado, não se justificando a associação entre empresas como meio de ampliação da competitividade. Trata-se de item padronizado, com oferta pulverizada entre diversos fornecedores, capazes de atender individualmente à demanda da Administração. Tal permissão poderia, inclusive, frustrar a própria lógica da disputa e gerar prejuízos à Administração, conforme entendimento doutrinário e jurisprudencial.

9.7.2. Nos termos do art. 15, § 1º, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, o edital poderá vedar a participação de consórcios, desde que haja justificativa técnica e econômica.

9.7.3. Permitir a participação de consórcios em certame de objeto simples e de fornecimento comum poderia reduzir a competitividade, propiciar a formação de agrupamentos artificiais de empresas e comprometer a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração. Além disso, a contratação de consórcios implica responsabilidade solidária entre as empresas consorciadas, inclusive no que se refere a obrigações trabalhistas e previdenciárias, o que pode representar risco à Administração Pública, em caso de inadimplemento por parte de uma das consorciadas.

9.7.4. Dessa forma, considerando os princípios da economicidade, da eficiência e da seleção da proposta mais vantajosa, entende-se que a vedação à participação de consórcios neste certame atende ao interesse público e assegura maior segurança jurídica e administrativa à contratação a ser realizada pelo Governo do Distrito Federal.

9.7.5. A vedação à participação de cooperativas baseia-se na alínea "a" do inciso I do art. 9º da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que veda ao agente público designado atuar na área de licitações e contratos, ressalvados os casos previstos em lei, "admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos que praticar, situações que comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo do processo licitatório, inclusive nos casos de participação de sociedades cooperativas."

9.7.6. Ademais, não será admitida a participação de cooperativas, uma vez que os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para a participação de licitantes organizados como cooperativas, não são compatíveis com a natureza dos serviços a serem contratados. Adicionalmente, a forma como o objeto é prestado no mercado justifica essa vedação.

9.7.7. Assim, a vedação à participação de cooperativas visa garantir maior segurança jurídica, competitividade e eficiência à contratação, preservando o interesse público e a adequada execução dos serviços contratados.

9.8. Da Aplicação da Margem de Preferência

9.8.1. Da cota reserva

9.8.1.1. Quanto à previsão do benefício da Cota Reservada prevista na Lei Distrital nº 4.611, de 9 de agosto de 2011, que regulamenta no Distrito Federal o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, esclarecemos que tal proveito **não se aplica** à contratação almejada, tendo em vista que a execução dos serviços de outsourcing de impressão envolve a disponibilização de equipamentos tecnológicos integrados, suporte contínuo, reposição de peças, insumos e assistência técnica especializada ao longo de todo o período contratual.

9.8.1.2. A prestação dos serviços de forma fracionada ou com múltiplos prestadores comprometeria a uniformidade, a eficiência e a confiabilidade do serviço, dificultando o controle, a manutenção padronizada dos equipamentos, bem como o atendimento pronto e adequado às demandas da Seduh. Dessa forma, a complexidade técnica e operacional da contratação não se coaduna com a divisão em cotas que permitam a inserção direta das micro e pequenas empresas no objeto, inviabilizando, com isso, a aplicação do referido benefício.

9.9. Habilitação

9.9.1. Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação, que não constem no SICAF, serão solicitados do fornecedor mais bem classificado da fase de lances.

9.9.2. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do fornecedor detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

9.9.2.1. SICAF;

9.9.2.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

9.9.2.3. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa,

mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

9.9.2.4. Lista de Inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU;

9.9.2.5. Prova de regularidade com a Fazenda do Distrito Federal, que poderá ser obtida por meio do site www.receita.fazenda.df.gov.br (obrigatória para os Licitantes com sede ou domicílio fora do Distrito Federal);

9.9.2.6. Para a consulta de fornecedores pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “9.9.2.2”, “9.9.2.3” e “9.9.2.4” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>);

9.9.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.9.4. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

9.9.5. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

9.9.6. O fornecedor será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

9.9.7. Constatada a existência de sanção, cujo a abrangência seja impeditiva de contratação com esta Administração (Seduh/DF), o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

9.9.8. Caso atendidas as condições de participação, para a habilitação do fornecedor mais bem classificado serão exigidas, exclusivamente, as condições de que dispõe a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

9.9.9. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

9.9.9.1. Habilitação jurídica:

- a) registro comercial, arquivado na Junta Comercial respectiva, no caso de empresa individual;
- b) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- c) inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- d) decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- e) ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir, de acordo com o art. 66, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021; e
- f) será realizada pesquisa prévia junto aos Portais na Internet de governos (Secretaria de Transparência e Controle – STC/GDF e Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS/CGU) e no CNJ (condenações cíveis por atos de Improbidade Administrativa) para aferir a existência de algum registro impeditivo ao direito de participar em licitações ou celebrar contratos com a Administração Pública.

9.9.9.2. Habilitação fiscal, social e trabalhista:

- a) registro no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;
- b) prova de inscrição no cadastro de contribuinte Estadual, Municipal ou do Distrito Federal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) prova de regularidade para com as Fazendas Estadual e Municipal ou Distrital, do domicílio ou sede da licitante;
- d) prova de regularidade com a Fazenda Federal por meio da Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais, inclusive contribuições previdenciárias, e à Dívida Ativa da União, expedida pelo Ministério da Fazenda/Secretaria da Receita Federal do Brasil, nos termos da Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2014;
- e) para as empresas com sede e/ou domicílio fora do Distrito Federal, certidão Negativa de Débitos ou certidão positiva com efeito de negativa, emitida pela receita da fazenda do Governo do Distrito Federal, em plena validade, que poderá ser obtida através do site www.fazenda.df.gov.br, de acordo com art. 173, da Lei Orgânica do

Distrito Federal (LODF));

f) certificado de Regularidade perante o FGTS, fornecido pela Caixa Econômica Federal; e

g) certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), em plena validade, que poderá ser obtida no site www.tst.jus.br/certidao.

9.9.9.3. Da qualificação Econômico-Financeira:

a) certidão Negativa de falência, de recuperação judicial ou extrajudicial, consoante a Lei Federal n.º 11.101, de 2005, expedida pelo distribuidor da sede da empresa, datada dos últimos 30 dias, ou que esteja no prazo de validade expresso na própria Certidão;

b) no caso de praças com mais de um cartório distribuidor, deverão ser apresentadas as certidões de cada um dos distribuidores;

c) balanço Patrimonial e demais demonstrações contábeis dos 2 últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentadas na forma da Lei devidamente registrados, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios;

d) as empresas constituídas no ano em curso poderão substituir o balanço anual por balanço de abertura, devidamente autenticado pela Junta Comercial;

e) as empresas constituídas há menos de 2 anos poderão apresentar o balanço do último exercício;

f) a boa situação financeira da empresa será avaliada pelos Índices de Liquidez Geral (LG) e Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG), resultantes da aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{REALIZÁVEL A LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}}$$

$$LC = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$$

$$SG = \frac{\text{ATIVO TOTAL}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}}$$

g) declaração, assinada por profissional habilitado da área contábil, que ateste o atendimento dos índices econômicos previstos no item anterior;

h) as empresas que apresentarem resultado menor ou igual a 1, em qualquer um dos índices acima, deverão comprovar capital social mínimo ou patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado para o item/grupo de itens cotado constante deste Termo de Referência; e

i) a documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

9.9.9.4. Qualificação Técnica:

a) comprovação de aptidão técnico-operacional para o desempenho de atividade pertinente e compatível com as características, quantidades e prazos do objeto da contratação, mediante a apresentação de certidão ou atestado de desempenho anterior, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a execução de serviços similares ao objeto licitado, com complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, nos termos do art. 67, inciso II, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

b) para fins de comprovação da experiência anterior, será admitida a apresentação de um ou mais atestados, desde que, em conjunto, demonstrem que a licitante executou serviços compatíveis com o objeto desta contratação, observado o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

c) para efeito de comprovação da qualificação técnico-operacional relativa às parcelas de maior

relevância e valor significativo do objeto, admite-se o somatório de atestados, desde que estes comprovem a execução de serviços compatíveis em quantitativo mínimo correspondente a até 20% do quantitativo total do lote, em conformidade com o limite estabelecido no § 2º do art. 67 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021; e

d) o percentual mínimo de 20% refere-se exclusivamente às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto, assim consideradas, para fins desta contratação, aquelas relacionadas à quantidade de impressoras, nos termos do § 1º do art. 67 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

9.9.10. É dever do fornecedor atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, quando solicitado, a respectiva documentação atualizada.

9.9.11. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do fornecedor, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

9.9.12. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Aviso de Contratação Direta e já apresentados, o fornecedor será convocado a encaminhá-los no prazo de 60 minutos em formato digital (em extensão PDF), após solicitação da Administração, sob pena de inabilitação.

9.9.13. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

9.9.14. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.

9.9.15. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.

9.9.16. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.

9.9.17. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

10. DO REAJUSTE

10.1. O preço inicialmente contratado será fixo e irrevogável no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado;

10.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da contratada, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do Índice de Custo da Tecnologia da Informação (ICTI), mantido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - Ipea, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, de acordo com o art. 24 da Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022.

10.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste;

10.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, a CONTRATANTE pagará a contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s);

10.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será (ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s);

10.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor;

10.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo; e

10.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

11. DA ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

11.1. O valor estimado para a pretensa contratação é de **R\$ 649.224,00 (seiscentos e quarenta e nove mil, duzentos e vinte e quatro reais)**, conforme descrito na tabela abaixo:

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	QUANTIDADE MENSAL	QUANTIDADE p/ 48 MESES	MÉTRICA	VALOR UNITÁRIO	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL p/ 48 MESES
-------	------	-------------------	-------------------	------------------------	---------	----------------	--------------	-------------------------

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	QUANTIDADE MENSAL	QUANTIDADE p/ 48 MESES	MÉTRICA	VALOR UNITÁRIO	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL p/ 48 MESES
UNICO	1	Locação mensal de Impressora Multifuncional A4 Policromática Laser, Led ou equivalente, com velocidade de impressão de no mínimo 40 ppm (Outsourcing), papel não incluso, durante o período de 48 (quarenta e oito) meses	15	720	Unidade	R\$ 455,70	R\$ 6.835,50	R\$ 328.104,00
	2	Impressão/cópia Monocromática no formato A4 - (Outsourcing), papel não incluso, durante o período de 48 (quarenta e oito) meses	18.000	864.000	Unidade	R\$ 0,03	R\$ 540,00	R\$ 25.920,00
	3	Impressão Policromática no formato A4 - (Outsourcing), papel não incluso, durante o período de 48 (quarenta e oito) meses	15.000	720.000	Unidade	R\$ 0,41	R\$ 6.150,00	R\$ 295.200,00
VALOR TOTAL PARA 48 MESES								R\$ 649.224,00

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados nas Normas de Planejamento, Orçamento, Finanças, Patrimônio e Contabilidade do Distrito Federal.

12.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

12.2.1. Gestão/Unidade: 28.101 – Seduh;

12.2.2. Fonte de Recursos: 100 – Ordinário Não Vinculado;

12.2.3. Programa de Trabalho: **15.126.8208.2557.0018 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-DISTRITO FEDERAL;**

12.2.4. Elemento de Despesa: **3.3.90.40** - Serviço de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica.

12.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

ANEXO I DO TERMO DE REFERÊNCIA MINUTA DA ORDEM DE SERVIÇO

1 - INTRODUÇÃO

Por intermédio da Ordem de Serviço (OS) será solicitado formalmente à Contratada a prestação de serviço com o fornecimento de bens relativos ao objeto do contrato. O encaminhamento das demandas deverá ser planejado visando a garantir que os prazos para entrega final de todos os bens e serviços estejam compreendidos dentro do prazo de vigência contratual.

Referência: Art. 32 IN SGD Nº 94, de 2022.

2 – IDENTIFICAÇÃO

Nº da OS xxxx/aaaa

Data de emissão <dd/mm/aaaa>

CONTRATO nº xx/aaaa

Objeto do Contrato <Descrição do objeto do contrato>

Contratada <Nome da contratada>

CNPJ 99.999.999/9999-99

Preposto <Nome do preposto>

Início vigência <dd/mm/aaaa>

Fim vigência <dd/mm/aaaa>

ÁREA REQUISITANTE

Unidade <Sigla – Nome da unidade>

Solicitante <Nome do solicitante>

E-mail xxxxxxxxxxxxxx

3 – ESPECIFICAÇÃO DOS BENS/SERVIÇOS E VOLUMES ESTIMADOS

Item	Descrição do serviço	Métrica	Valor unitário (R\$)	Qtde/Vol.	Valor Total (R\$)
------	----------------------	---------	----------------------	-----------	-------------------

1
---	-----	-----	-----	-----	-----

...
-----	-----	-----	-----	-----	-----

| Valor total estimado da OS | R\$... |

4 – INSTRUÇÕES/ESPECIFICAÇÕES COMPLEMENTARES

- Contatar a área solicitante para agendamento do horário de entrega.
- Conforme consta no Termo de Referência, o recebimento provisório está condicionado à entrega do serviço.

5 – DATAS E PRAZOS PREVISTOS

Data de Início: <dd/mm/aaaa>

Data do Fim: <dd/mm/aaaa>

6 - CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO/ENTREGA

Item	Tarefa/entrega	Início	Fim
------	----------------	--------	-----

1	...	<dd/mm/aaaa>	<dd/mm/aaaa>
---	-----	--------------	--------------

...	...	<dd/mm/aaaa>	<dd/mm/aaaa>
-----	-----	--------------	--------------

7 – ASSINATURA E ENCAMINHAMENTO DA DEMANDA

Autoriza-se a <execução dos serviços> correspondentes à presente <OS>, no período e nos quantitativos acima identificados.

Assinaturas:

<Nome > <Responsável pela demanda/ Fiscal Requisitante> Matr.: <Nº da matrícula>

<Nome > Gestor do Contrato Matr.: <Nº da matrícula>

<Local>, xx de xxxxxxxxx de xxxx

ANEXO II DO TERMO DE REFERÊNCIA

TERMO DE COMPROMISSO E MANUTENÇÃO DE SIGILO

IDENTIFICAÇÃO DAS PARTES

CONTRATANTE: Razão Social: [Nome da Empresa Contratante] CNPJ: [Número do CNPJ] Endereço: [Endereço Completo]

Representante Legal: [Nome do Representante] Cargo: [Cargo do Representante]

CONTRATADA: Razão Social: [Nome da Empresa Contratada] CNPJ: [Número do CNPJ] Endereço: [Endereço Completo]

Representante Legal: [Nome do Representante] Cargo: [Cargo do Representante]

OBJETO

O presente Termo de Compromisso e Manutenção de Sigilo (“Termo”) tem como objetivo assegurar a confidencialidade e a integridade das informações trocadas entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA no âmbito do Contrato nº [Número do Contrato], celebrado em [Data da Celebração do Contrato], conforme estipulado pela Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, pela Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022, e pelas legislações específicas do Distrito Federal.

DEFINIÇÕES

1. **Informações Sigilosas:** Toda informação, dados, documentos, materiais, especificações técnicas, relatórios, planos de negócios, estudos e outras informações, seja de natureza oral, escrita, eletrônica ou qualquer outra forma, divulgadas entre as partes e identificadas como sigilosas ou que, por sua natureza, devam ser entendidas como sigilosas.

OBRIGAÇÕES DAS PARTES

2. **Manutenção do Sigilo:** A CONTRATADA compromete-se a manter o sigilo das Informações Sigilosas e a não divulgá-las a terceiros sem a prévia e expressa autorização por escrito da CONTRATANTE.
3. **Uso Restrito:** A CONTRATADA utilizará as Informações Sigilosas exclusivamente para os fins relacionados ao objeto do Contrato, abstendo-se de usá-las para qualquer outra finalidade que não tenha sido previamente autorizada pela CONTRATANTE.
4. **Proteção das Informações:** A CONTRATADA adotará todas as medidas necessárias para garantir a proteção das Informações Sigilosas, incluindo, mas não se limitando a, controles de acesso, armazenamento seguro e medidas de segurança da informação.

LEGISLAÇÕES APLICÁVEIS

5. **Conformidade Legal:** As partes se comprometem a observar a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, a Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022, a Lei Distrital nº 4.990, de 2012 (Lei de Acesso à Informação do Distrito Federal), o Decreto Distrital nº 34.276, de 2013, e demais normativos aplicáveis no âmbito do Distrito Federal.

EXCEÇÕES

6. **Informações Excluídas:** Não serão consideradas Informações Sigilosas aquelas que: a. Já eram de conhecimento público na data de sua divulgação ou que se tornaram de conhecimento público sem violação deste Termo; b. Já eram de posse da CONTRATADA antes de sua divulgação pela CONTRATANTE, conforme evidenciado por registros escritos; c. Foram obtidas legalmente por terceiros sem violação de qualquer obrigação de sigilo.

DISPOSIÇÕES GERAIS

7. **Prazo de Vigência:** O presente Termo terá vigência enquanto perdurarem as obrigações contratuais entre as partes e pelo período de [X] anos após a sua extinção, conforme estipulado pela legislação aplicável.
8. **Violação do Termo:** Qualquer violação deste Termo sujeitará a parte infratora às penalidades previstas no contrato principal, bem como às sanções administrativas, civis e criminais cabíveis.
9. **Disposições Finais:** Este Termo é regido pelas leis brasileiras, em especial pela Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, pela Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022, e pelas legislações do Distrito Federal, sendo eleito o foro da Comarca de [Cidade/Estado] para dirimir quaisquer questões oriundas de sua interpretação e cumprimento.

ASSINATURAS

[Local], [Data]

[Nome do Representante da CONTRATANTE]
[Cargo do Representante]
[Nome da Empresa Contratante]

[Nome do Representante da CONTRATADA]
[Cargo do Representante]
[Nome da Empresa Contratada]

ANEXO III

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA LICITANTE)

À Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal - SEDUH/DF.

Objeto: O presente Termo de Referência tem por objeto a contratação de serviço de Outsourcing de impressão, com fornecimento de equipamentos multifuncionais A4 policromáticos com pagamento fixo mensal por equipamentos mais variável por páginas impressas, sem papel, incluindo instalação, suporte técnico e manutenção on-site, para atendimento das necessidades da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação, durante o período de 48 meses, conforme especificações técnicas e quantidades definidas neste Termo de Referência e em seus Anexos.

Proposta que faz a empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____ e inscrição estadual nº _____, estabelecida no(a) _____, para a contratação supramencionada, de acordo com todas as especificações e condições do Termo de Referência e seus Anexos.

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	MARCA/MODELO	QUANTIDADE MENSAL	QUANTIDADE p/ 48 MESES	MÉTRICA	VALOR UNITÁRIO	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL p/ 48 MESES
UNICO	1	Locação mensal de Impressora Multifuncional A4 Policromática Laser, Led ou equivalente, com velocidade de impressão de no mínimo 40 ppm (Outsourcing), papel não incluso, durante o período de 48 (quarenta e oito) meses		15	720	Unidade	R\$ xxxxx	R\$ xxxxx	R\$ xxxxx
	2	Impressão/cópia Monocromática no formato A4 - (Outsourcing), papel não incluso, durante o período de 48 (quarenta e oito) meses		18.000	864.000	Unidade	R\$ xxxxx	R\$ xxxxx	R\$ xxxxx
	3	Impressão Policromática no formato A4 - (Outsourcing), papel não incluso, durante o período de 48 (quarenta e oito) meses		15.000	720.000	Unidade	R\$ xxxxx	R\$ xxxxx	R\$ xxxxx
VALOR TOTAL PARA 48 MESES									R\$ xxxxx

1. Valor Total: R\$ _____ (valor por extenso).
2. Esta proposta é válida por 120 dias, a contar da data de sua apresentação.
3. Informamos, por oportuno, que nos preços apresentados acima já estão computados todos os custos necessários decorrentes da prestação dos serviços objeto desta licitação, bem como já incluídos todos os impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamentos de pessoal e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente.
4. Declaramos de que cumprimos todos os prazos estabelecidos no Termo de Referência e seus Anexos.
5. Os dados da nossa empresa são:
- a) Razão Social: _____;
- b) CNPJ (MF) nº: _____;
- c) Representante (s) legal (is) com poderes para assinar o contrato: _____;
- d) CPF: _____ RG: _____ - _____;

e) Inscrição Estadual nº: _____;
f) Endereço: _____;
g) Fone: _____ Fax: _____ E-mail: _____;
h) CEP: _____; e
i) Cidade: _____ Estado: _____.
j) Banco: _____ Conta Corrente: _____ Agência: _____;
k) Contato: _____ Fone/Ramal: _____

Local e data

Assinatura do Representante Legal

ANEXO IV MODELO DE TERMO DE CONTRATO

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS – LICITAÇÃO

(Processo Administrativo nº.....)

CONTRATO DE
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº XX/2026 QUE, ENTRE SI, CELEBRAM O DISTRITO FEDERAL,
POR MEIO DA
SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO – SEDUH/DF E XXXXX.
PROCESSO nº XXXXX
Registro no SIGGO nº XXXXX (XXXXX)

O Distrito Federal, por meio da **SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO**, com sede no Setor Comercial Norte, Quadra 01, Bloco A - Edifício Number One, Asa Norte, Brasília-DF, CEP 70.711-900, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.342.553/0001-58, neste ato representada por **XXXXXX**, portador do RG nº **XXXXXX** SSP/DF e inscrito no CPF/MF sob o nº **XXXXXX**, na qualidade de Secretário de Estado, com delegação de competência prevista nas Normas de Planejamento, Orçamento, Finanças, Patrimônio e Contabilidade do Distrito Federal, doravante denominada **CONTRATANTE** e a empresa **XXXXXX** com sede na **XXXXXX**, CEP: **XXXXXX**, Telefones (XX) **XXXXXX**, endereço eletrônico: **XXXXXX**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº **XXXXXX**, neste ato representada por **XXXXXX** portador(a) do RG nº **XXXXXX** SSP/DF e inscrito (a) no CPF/MF sob o nº **XXXXXX**, na qualidade de **XXXXXX**, doravante denominada **CONTRATADA**, em observância à [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), regulamentada no Distrito Federal pelo [Decreto nº 44.330, de 16 de março de 2023](#); à [Instrução Normativa SGD/ME nº 94/2022](#), que disciplina os procedimentos para a contratação de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) na Administração Pública federal, cuja observância se estende, no âmbito distrital, em razão do disposto no art. 187 da [Lei nº 14.133, de 2021](#) e no art. 269-A do [Decreto Distrital nº 44.330, de 2023](#), acrescido pelo [Decreto Distrital nº 45.011, de 27 de setembro de 2023](#), bem como na [Portaria SGD/MGI nº 370, de 8 de março de 2023](#); e demais legislações aplicáveis, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato decorrente do Edital do Pregão Eletrônico nº **XXX/2026 - XXXXX (XXXXX)** e seus anexos, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1 O objeto do presente instrumento é a contratação de solução de tecnologia da informação e comunicação de empresa especializada para prestação de **serviço de outsourcing de impressão**, com fornecimento de equipamentos multifuncionais A4 policromáticos com pagamento fixo mensal por equipamentos mais variável por páginas impressas, sem papel, incluindo instalação, suporte técnico e manutenção on-site, para atendimento das necessidades da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação, durante o período de **48 meses**, conforme especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência, Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico nº **XXX/2026 - XXXXX (XXXXX)** que passam a vincular esta contratação;

1.2. Objeto da Contratação, conforme **item 2 - Especificação do Objeto**, do TR, Anexo I do Edital:

ITEM	CATSER	ESPECIFICAÇÃO	UNID. DE COMPRA	VALOR UNITÁRIO	QTD MENSAL	QTD TOTAL (48 MESES)	VALOR TOTAL
1	26786	L o c a ç ã o <u>mensal</u> de Impressora Multifuncional A4 Policromática Laser, Led ou equivalente, com velocidade de impressão de no mínimo 40 ppm (Outsourcing), papel não incluso, durante o período de 48 (quarenta e oito) meses	UNIDADE	R\$ XX	15	720	R\$ XX
2	26816	Impressão/cópia Monocromática no formato A4 - (Outsourcing), papel não incluso, durante o período de 48 (quarenta e oito) meses	UNIDADE	R\$ XX	18.000	864.000	R\$ XX
3	26859	Impressão/cópia Policromática no formato A4 - (Outsourcing), papel não incluso, durante o período de 48 (quarenta e oito) meses	UNIDADE	R\$ XX	15.000	720.000	R\$ XX
VALOR TOTAL							

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência nº 6/2026 - SEDUH/UNTEC (198526352);

1.3.2. O Edital da Licitação (XXXXXX);

1.3.3. A Proposta da CONTRATADA (XXXXXX); e

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de **48 meses**, contados da publicação de seu extrato no Diário Oficial do Distrito Federal, prorrogável por períodos sucessivos até o limite de 10 (dez) anos, nos termos dos artigos 106 e 107, da [Lei nº 14.133, de 2021](#) e nos termos do item 1.3 e subitens do TR, Anexo I do Edital;

2.2. A prorrogação de que trata esse item é condicionada à avaliação, por parte do Gestor do Contrato, da vantajosidade da prorrogação, a qual deverá ser realizada motivadamente, com base no Histórico de Gestão do Contrato, nos princípios da manutenção da necessidade, economicidade e oportunidade da contratação e nos demais aspectos que forem julgados relevantes, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

- a) Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- b) Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- c) Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- d) Haja manifestação expressa da CONTRATADA informando o interesse na prorrogação; e
- e) Seja comprovado que a CONTRATADA mantém as condições iniciais de habilitação;

2.3. A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual;

2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo;

2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro

período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação; e

2.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando a CONTRATADA tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto são os constantes, respectivamente, nos itens 6, 7 e 8 do TR, Anexo I do Edital.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. A subcontratação somente será admitida para serviços de assistência técnica de manutenção preventiva e corretiva;

4.2. Nos casos de subcontratação, a CONTRATADA deverá no ato da assinatura do contrato, prestar todas as informações necessárias, tais como, relação atualizada das empresas subcontratadas durante a vigência do contrato; e

4.3. Atualizar todas as informações necessárias sobre empresas subcontratadas sempre que houver trocas. Não serão admitidas subcontratações para técnicos residentes.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. O valor total do contrato é de R\$ **XXXXXX (XXXXXX)**, de acordo com a Disponibilidade Orçamentária 28/2026 (200249483); a Declaração de Disponibilidade Orçamentária (XX); a Autorização de Despesa e Empenho - SEDUH/SUAG (XXXXXX); procedentes do Orçamento do Distrito Federal, nos termos da [Lei Orçamentária Anual nº 7.842, de 30 de dezembro de 2025, publicada no DODF nº 247, Suplemento, de 31/12/2025, que estima a receita e fixa a despesa do Distrito Federal para o exercício financeiro de 2026](#), estando em conformidade com a [Lei nº 7.735, de 22 de julho de 2025, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2026](#) e com a [Lei nº 7.378, de 29 de dezembro de 2023, que dispõe sobre o Plano Plurianual do Distrito Federal para o quadriênio 2024-2027](#);

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação;

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à CONTRATADA dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos; e

5.4. Qualquer alteração posterior à assinatura deste contrato seguirá os termos da legislação vigente, inclusive no que tange aos reajustes de preços, acréscimos ou supressões de quantidade quando necessários.

CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referente encontram-se definidos nos itens 8.68. e 8.70. do TR, Anexo I do Edital, transcritas abaixo:

6.2. Da liquidação:

6.2.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente correrá o prazo de **10 dias úteis** para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, de acordo com as Normas de Planejamento, Orçamento, Finanças, Patrimônio e Contabilidade do Distrito Federal ([Decreto nº 32.598, de 2010](#));

6.2.2. Para fins de liquidação o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

6.2.2.1. O prazo de validade;

6.2.2.2. A data da emissão;

6.2.2.3. Os dados do contrato e do órgão CONTRATANTE;

6.2.2.4. O valor a pagar; e

6.2.2.5. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

6.2.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à CONTRATANTE e sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária;

6.2.4. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68, da [Lei Federal nº 14.133, de 2021](#):

6.2.4.1. Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, [Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2014](#), e suas alterações, observado o [Decreto Federal nº 8.302, de 2014](#);

6.2.4.2. Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, fornecido pela CEF – Caixa Econômica Federal, devidamente atualizado, conforme art. 27 da [Lei Federal nº 8.036, de 1990](#) e alterações posteriores;

6.2.4.3. Certidão de Regularidade com a Fazenda do Distrito Federal/Estadual/Municipal;

6.2.4.4. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, em cumprimento à [Lei Federal nº 12.440, de 2011](#), visando comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho; e

6.2.4.5. Consulta ao Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, [Decreto Federal nº 8.420, de 2015](#);

6.2.5. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

6.2.5.1. Verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; e

6.2.5.2. Identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

6.2.6. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da CONTRATADA, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de **5 dias úteis**, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da CONTRATANTE;

6.2.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a CONTRATADA deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da CONTRATADA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para serem acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos;

6.2.8. Persistindo a irregularidade, a CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à CONTRATADA a ampla defesa; e

6.2.9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a CONTRATADA não regularize sua situação junto ao SICAF;

6.2.10. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a CONTRATADA:

6.2.10.1. Não produziu os resultados acordados;

6.2.10.2. Deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

6.2.10.3. Deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

6.3 Do prazo de pagamento:

6.3.1. O pagamento será efetuado em até **30 dias corridos**, contados a partir da data de apresentação da Nota Fiscal, desde que o documento de cobrança esteja em condições de liquidação de pagamento, de acordo com as Normas de Planejamento, Orçamento, Finanças, Patrimônio e Contabilidade do Distrito Federal; e

6.3.2. Passados **30 dias** sem o devido pagamento por parte da Administração, a parcela devida será atualizada monetariamente, desde o vencimento da obrigação até a data do efetivo pagamento de acordo com a variação pro rata tempore do IPCA, nos termos do art. 3º, [Decreto nº 37.121 de 16 de fevereiro de 2016](#); art. 141, § 5º da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

6.4. Da forma de pagamento:

6.4.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta-corrente indicados pela CONTRATADA;

6.4.2. As empresas com sede ou domicílio no Distrito Federal, com créditos de valores iguais ou superiores a R\$5.000,00 (cinco mil reais), terão seus pagamentos feitos exclusivamente mediante crédito em conta corrente, em nome do beneficiário junto ao Banco de Brasília S/A – BRB. Para tanto deverão apresentar o número da conta corrente e agência onde deseja receber seus créditos, de acordo com o Decreto Distrital nº 32.767, de 17 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto Distrital nº 36.135, de 12 de dezembro de 2014. Excluem-se dessa exigência os pagamentos a empresas de outros Estados da federação que não mantenham filiais e/ou representações no DF e contratadas pelo Distrito Federal;

6.4.3. A retenção dos tributos não será efetivada caso a CONTRATADA apresente junto com sua Nota Fiscal a comprovação de que seja optante do Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES; e

6.4.4. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

CLÁUSULA SÉTIMA – REAJUSTE

7.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual encontram-se definidas nos itens 10.74 a 10.81 do TR, Anexo I do Edital, transcritas abaixo:

7.1.1. O preço inicialmente contratado é fixo e irredutível no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado (09/04/2026, conforme Planilha Orçamentária 199851422);

7.1.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da CONTRATADA, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do Índice de Custo da Tecnologia da Informação (ICTI), mantido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - Ipea, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, de acordo com o art. 24 da Instrução Normativa SGD/ME nº 94/2022.

7.1.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste;

7.1.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, a CONTRATANTE pagará a CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo;

7.1.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo;

7.1.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor;

7.1.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo; e

7.1.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações da CONTRATANTE, além das previstas no item 5.40 do TR, anexo I do Edital:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o serviço no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre vícios, defeitos, incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, à suas expensas certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pela CONTRATADA;

8.1.5. Comunicar à CONTRATADA para emissão de nota fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

8.1.6. Efetuar o pagamento à CONTRATADA do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente contrato e no Termo de Referência;

8.1.7. Aplicar à CONTRATADA as sanções previstas na legislação vigente e neste contrato;

8.1.8. Não praticar atos de ingerência na administração da CONTRATADA, tais como:

8.1.8.1. Indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;

8.1.8.2. Fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pela CONTRATADA;

8.1.8.3. Estabelecer vínculo de subordinação com funcionário da CONTRATADA;

8.1.8.4. Definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;

8.1.8.5. Demandar a funcionário da CONTRATADA a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação; e

8.1.8.6. Prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna da CONTRATADA.

8.1.9. Cientificar o órgão de representação judicial, a Procuradoria-Geral do Distrito Federal, para adoção das

medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações por parte da CONTRATADA;

8.1.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

8.1.10.1. A Administração terá o prazo de **30 dias corridos**, a contar da data do protocolo do requerimento, para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período; conforme preconiza o art. 123, parágrafo único da [Lei nº 14.133, de 2021](#) e o art. 30 do [Decreto Distrital nº 44.330, de 2023](#);

8.1.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pela CONTRATADA, no prazo máximo de **30 dias corridos**, admitida a prorrogação motivada por igual período, conforme preconiza o art. 123, parágrafo único da [Lei nº 14.133, de 2021](#) e o art. 30 do [Decreto Distrital nº 44.330, de 2023](#);

8.1.12. Notificar os emitentes das garantias contratuais quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais; e

8.1.13 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. Assinar, via Sistema Eletrônico de Informações – SEI-GDF, o contrato e seus Termos Aditivos, se o caso, no prazo máximo de **03 dias úteis**, a partir da intimação para tanto, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas em lei;

9.1.1. O prazo para a assinatura do contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pela futura CONTRATADA durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela CONTRATANTE, de acordo com o § 1º, do art. 90 da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#) e art. 141, § 1º do [Decreto Distrital nº 44.330, de 2023](#);

9.2. Indicar formalmente preposto apto a representá-la junto à CONTRATANTE, que deverá responder pela fiel execução do contrato;

9.3. Atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual;

9.4. Propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela CONTRATANTE, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, desde que motivadas as causas e justificativas desta decisão;

9.5. Executar a prestação de serviços de acordo as especificações e condições estabelecidas neste contrato;

9.6. Comunicar imediatamente a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação (Seduh), qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária, e-mail e telefone da CONTRATADA;

9.7. Responder integralmente pelos danos causados diretamente à administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização, ou o acompanhamento empreendido pela CONTRATANTE;

9.8. Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação exigidas neste instrumento, além de sujeitar-se a outras obrigações no [Código de Proteção e Defesa do Consumidor, Lei Federal nº 8.078, de 1990](#), que sejam compatíveis com o regime de Direito Público;

9.9. Comunicar por escrito eventual atraso, apresentando justificativas que serão objeto de apreciação pela CONTRATANTE;

9.10. Atender, no prazo fixado, às solicitações do fiscal técnico, fiscal administrativo e/ou gestor do contrato;

9.11. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, nos termos do art. 125 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.12. Responsabilizar-se única e exclusivamente, pelo pagamento de todos os encargos e demais despesas, diretas ou indiretas, decorrentes da execução do objeto dest contrato, tais como impostos, taxas, contribuições fiscais, previdenciárias, trabalhistas, fundiárias, fretes; enfim, por todas as obrigações e responsabilidades, sem qualquer ônus à CONTRATANTE;

9.13. Assegurar que a prestação de serviços estará em consonância com as normas vigentes e demais legislações relacionadas à sua natureza, de forma a garantir a qualidade do serviço apresentado, conforme art. 42 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.14. Não alegar, em hipótese alguma, como justificativa ou defesa, desconhecimento, incompreensão, dúvidas ou esquecimento das cláusulas e condições do contrato e das especificações técnicas, bem como de tudo o que estiver contido

nas normas pertinentes ao objeto;

9.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do art. 124, da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.16. Fazer a transição contratual, quando for o caso;

9.17. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, em consonância com a [Lei Distrital nº 5.061, de 2013](#);

9.18. Observar as diretrizes referentes às medidas de prevenção e apuração de denúncias de assédio moral ou sexual, conforme estabelecido no [Decreto Distrital nº 44.701, de 2023](#);

9.19. É vedado à CONTRATADA contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão ou entidade contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, nos termos do art. 48, parágrafo único, da [Lei nº 14.133, de 2021](#); e

9.20. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 \(LGPD\)](#), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão deste contrato, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa;

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º, da LGPD;

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei;

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de **5 dias úteis** sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pela CONTRATADA;

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15, da LGPD, é dever da CONTRATADA eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16, da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações;

10.6. É dever da CONTRATADA orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD;

10.7. A CONTRATADA deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância;

10.8. A CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo a CONTRATADA atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados;

10.9. A CONTRATADA deverá prestar, no prazo fixado pela CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado;

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos;

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD;

10.11. A CONTRATADA está sujeita a promover alteração nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a Autoridade Nacional de Proteção de Dados - ANPD, por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1 Para o fiel cumprimento das obrigações contratuais, será exigido da CONTRATADA, comprovante de prestação de garantia, em valor correspondente a **5%** do valor total do contrato, nos termos do item 4.39 do TR, Anexo I do Edital e de acordo com art. 98, da [Lei nº 14.133, de 2021](#), podendo optar por qualquer das modalidades previstas no art. 96, da citada lei, a saber:

11.1.1. **Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública**, emitidos sob a forma escritural, mediante registro em

sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

11.1.2. Seguro-garantia;

11.1.3. Fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil; e

11.1.4. Título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.

11.2. Em caso da opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária terá prazo de **01 mês**, contado da data de homologação da licitação, para sua apresentação, que deve ocorrer antes da assinatura do contrato;

11.3. A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até **10 dias úteis**, prorrogáveis por igual período, a critério da CONTRATANTE, contados da assinatura do contrato;

11.4. Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter validade durante a vigência do contrato e por mais **90 dias** após término deste prazo de vigência, nos termos da [Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017 - MPOG](#), permanecendo em vigor mesmo que a CONTRATADA não pague o prêmio nas datas convencionadas;

11.4.1. A apólice do seguro garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora;

11.4.2. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvada a hipótese de suspensão do contrato:

11.4.2.1. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, a CONTRATADA ficará desobrigada de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

11.5. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

11.5.1. Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

11.5.2. Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à CONTRATADA;

11.5.3. Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela CONTRATADA, quando couber; e

11.6. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no subitem 11.5 acima, observada a legislação que rege a matéria;

11.7. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pela autoridade competente;

11.8. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do art. 827 do Código Civil;

11.9. Caso a CONTRATADA opte pela caução em dinheiro, a empresa deverá realizar TED ou depósito para a Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal, CNPJ 00.394.684/0001-53, no Banco Regional de Brasília (BRB) - 070; Agência 0100; Conta Corrente 100.800.482-8;

11.10. No caso de alteração do valor do contrato ou prorrogação de sua vigência a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação;

11.11. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a CONTRATADA obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de **05 (cinco) dias úteis**, contados da data em que for notificada, nos termos do art. 175, do [Decreto nº 44.330, de 2023](#);

11.12. A CONTRATANTE executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria;

11.12.1. O emitente da garantia ofertada pela CONTRATADA deverá ser notificado pela CONTRATANTE quanto ao início do processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#)); e

11.12.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20, da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

11.13. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da CONTRATANTE, mediante termo circunstanciado, de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do contrato;

11.14. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente;

11.15. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela CONTRATANTE com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA;

11.16. A CONTRATADA autoriza a CONTRATANTE a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste contrato;

11.17. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto prevista especificamente no Termo de Referência; e

11.18. Sem prejuízo das sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a não prestação da garantia exigida será considerada recusa injustificada em assinar o contrato e implicará na imediata anulação da nota de empenho emitida.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), a CONTRATADA que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza; e
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da [Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

12.2. Serão aplicadas à CONTRATADA quando incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I - **Advertência**, quando a CONTRATADA der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#));

II - **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#));

III - **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#));

IV - **Multa**: A multa não poderá ser inferior a 0,5% nem superior a 30% do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta, nos termos do art. 156, § 3º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no [art. 155 da referida Lei](#);

12.2.1. Moratória de 0,5 % por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **30 dias**;

12.2.2. Moratória de 0,5 % por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2%, pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

11.2.2.1. O atraso superior a **30 dias corridos** autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.3. A aplicação das sanções previstas neste contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à CONTRATANTE (art. 156, §9º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#));

12.4. Todas as sanções previstas neste contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#));

12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de **15 dias úteis**, contado da data de sua intimação (art. 157, da [Lei nº 14.133, de 2021](#));

12.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela CONTRATANTE à CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#)); e

12.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de **30 dias corridos**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente, observando o [Decreto Distrital nº 38.097/2017](#) que Instituiu o Sistema Integrado de Lançamento de

12.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa a CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;

12.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a CONTRATANTE; e
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.7. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159);

12.8. A personalidade jurídica da CONTRATADA poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a CONTRATADA, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da [Lei nº 14.133, de 2021](#));

12.9. A CONTRATANTE deverá, no prazo máximo de **15 dias úteis**, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da [Lei nº 14.133, de 2021](#));

12.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da [Lei nº 14.133, de 2021](#));

12.11. Os débitos da CONTRATADA para com a CONTRATANTE, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que a CONTRATADA possua com o mesmo órgão ora CONTRATANTE, na forma da legislação pertinente;

12.12. Nos casos de inadimplemento na execução do objeto, as ocorrências serão registradas pela CONTRATANTE e aplicadas à CONTRATADA, nos termos do item 8.67 do TR, Anexo I do Edital, transcrita abaixo:

ID	Ocorrência	Glosa/Sanção
1	Não prestar os esclarecimentos imediatamente, salvo em casos técnicos com prazo máximo de 24 horas úteis.	Multa de 0,5% sobre o valor total do contrato por dia útil de atraso, até o limite de 5 dias úteis. Após esse prazo, multa de 2% do valor total do contrato.
2	Não atender ao Indicador de Atendimento no Prazo (IAP).	- Glosa de 5% sobre o valor da OS para IAP entre 80% e 89%. - Glosa de 10% sobre o valor da OS para IAP entre 70% e 79%. - Glosa de 20% sobre o valor da OS para IAP inferior a 70%.
3	Não atingir o Índice de Disponibilidade dos Equipamentos (IDE).	- Glosa de 5% sobre o valor da fatura para IDE entre 95% e 97%. - Glosa de 10% sobre o valor da fatura para IDE entre 90% e 94%. - Glosa de 20% sobre o valor da fatura para IDE inferior a 90%.
4	Não cumprir qualquer outra obrigação contratual não citada nesta tabela.	Advertência. Em caso de reincidência ou prejuízo aos resultados da contratação, aplica-se multa de 2% sobre o valor total do contrato.

12.12.1. Nos termos do [art. 19, inciso III da Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022](#), será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, nos casos em que o Contratado:

12.12.1.2. Não atingir os valores mínimos aceitáveis fixados nos critérios de aceitação, não produzir os resultados ou deixar de executar as atividades contratadas; ou

12.12.1.3. Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para fornecimento da solução de TIC, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes;

13.1.1. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para a CONTRATANTE, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem;

13.1.2. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação da CONTRATADA pela CONTRATANTE nesse sentido com pelo menos **2 meses** de antecedência desse dia; e

13.1.3. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de **2 meses** da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após **2 meses** da data da comunicação.

13.2. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137, da [Lei nº 14.133, de 2021](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa;

13.2.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei;

13.2.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato; e

13.2.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica CONTRATADA, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.3. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.3.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.3.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos; e

13.3.3. Indenizações e multas.

13.4. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da [Lei nº 14.133, de 2021](#));

13.4.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pela CONTRATADA, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

13.4.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), reter os eventuais créditos existentes em favor da CONTRATADA decorrentes do contrato.

13.5. O contrato poderá ser extinto caso se constate que a CONTRATADA mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade CONTRATANTE ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 124 e seguintes da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

14.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de **25%** do valor inicial atualizado do contrato;

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% do valor inicial atualizado do contrato;

14.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica da CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de **1 mês** (art. 132 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)); e

14.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Distrito Federal deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

I – Unidade Orçamentária: 28.101 - SEDUH

II – Programa de Trabalho: 15.126.8208.2557.0018 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-DISTRITO FEDERAL

III – Natureza da Despesa: 3.3.90.40 - Serviço de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica

IV – Fonte de Recursos: 100 – Ordinário Não Vinculado

15.2. O empenho inicial é de R\$ **XXXXXXXX (XXXXXXXX)**, conforme a Nota de Empenho nº **2026NE000XXX (XXXXXXXX)**, emitida em **XX/XX/2026**, sob o evento nº **XXXXXX**, na modalidade estimativo, com Registro no SIGGO nº **XXXXXX (XXXXXX)**.

15.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e demais normas distritais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor](#) e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá à CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Sistema e-contratos DF, na forma prevista no art. 5º, do [Decreto Distrital nº 44.162, de 2023](#); no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94, da [Lei nº 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da [Lei Federal nº 14.133, de 2021](#), e ao art. 8º, § 2º, da [Lei Federal nº 12.527, de 2011](#), c/c art. 7º, § 3º, inciso V, do [Decreto Federal Regulamentador nº 7.724, de 2012](#).

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

18.1. Fica eleito o Foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1. Fica proibida a adoção de qualquer prática discriminatória contra a mulher; que incentive a violência contra a mulher; que exponha a mulher a diversos modos de constrangimento ou que represente qualquer tipo de discriminação, podendo sua utilização ensejar a rescisão do contrato e aplicação de multa, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, nos termos [Lei Distrital nº 5.448, de 12 de janeiro de 2015](#), que dispõe sobre a obrigatoriedade da inclusão de cláusula de proibição de conteúdo discriminatório contra a mulher nos contratos de aquisição de bens e serviços pelo Distrito Federal, regulamentada pelo [Decreto Distrital nº 38.365, de 26 de julho de 2017](#);

19.2. Conforme o disposto no art. 2º, da [Lei Distrital nº 5.061 de 8 de março de 2013](#), o uso ou emprego da mão de obra infantil é proibido e constitui motivo para a rescisão do contrato e a aplicação de multa, sem prejuízo das sanções legais cabíveis;

19.3. Os débitos da CONTRATADA para com o Distrito Federal, decorrentes ou não do ajuste, serão inscritos em Dívida Ativa e cobrados mediante execução na forma da legislação pertinente, podendo, quando for o caso, ensejar a rescisão unilateral do contrato.

19.4. É vedada a contratação direta, sem licitação, por órgão ou entidade da Administração Pública do Distrito Federal, de pessoa jurídica na qual haja administrador ou sócio com poder de direção que seja familiar de qualquer autoridade administrativa e, no âmbito do mesmo órgão ou entidade, de familiar de ocupante de cargo em comissão ou função de confiança, nos termos do [Decreto Distrital nº 32.751, de 4 de fevereiro de 2011](#), que dispõe sobre a vedação do Nepotismo no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta do Poder Executivo do Distrito Federal;

19.5. É vedada a participação, direta ou indiretamente, de licitação, contratação ou execução de obra ou serviço e do fornecimento de bens a eles necessários, de agente público de órgão ou entidade da Administração Pública Direta ou Indireta do Poder Executivo do Distrito Federal, CONTRATANTE ou responsável pela licitação, nos termos do [Decreto Distrital nº 39.860, de 30 de maio de 2019](#) e nos termos do art. 14, inciso IV, da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#);

19.6. Consoante o previsto no art. 2º, do [Decreto Distrital nº 44.330, de 16 de março de 2023](#), e art. 11, inciso IV, da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), a CONTRATADA deve observar o disposto no art. 2º, da [Lei Distrital nº 4.770, de 22 de fevereiro de 2012](#), que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de obras e serviços pelo Distrito Federal;

19.7. A execução do contrato, bem como os casos omissos, regular-se-ão pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado, na forma dos art. 89 e 92, inciso III, da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#); e

19.8. Nos termos da [Lei Distrital nº 5.575, de 18 de dezembro de 2015](#) a CONTRATANTE providenciará a publicação no Portal da Transparência de que se trata a [Lei Distrital nº 4.990, de 12 de dezembro de 2012](#), regulamentada pelo [Decreto Distrital nº 34.276, de 11 de abril de 2013](#).

19.9. As partes deverão cumprir a [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 \(LGPD\)](#), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão deste contrato.

Pelo Distrito Federal:

XXXXXXX

Secretário de Estado

Pela Contratada:

XXXXXX

Representante Legal

ANEXO V

MODELO DECLARAÇÃO PARA OS FINS DO DECRETO Nº 39.860, DE 30 DE MAIO DE 2019

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o n.º _____, sediada no endereço _____, telefone n.º _____, por intermédio do seu representante legal Sr(a). _____, portador(a) da Carteira de Identidade n.º _____ e do CPF n.º _____, DECLARA que não incorre nas vedações previstas no art. 14 da Lei nº 14.133 de 2021, e no art. 1º do Decreto nº 39.860 de 2019. Essa declaração é a expressão da verdade, sob as penas da lei.

Local, ____ de _____ de ____.

Representante Legal

Observações: Preencher, preferencialmente, em papel timbrado da empresa.

ANEXO VI

MODELO DECLARAÇÃO DOS BENEFÍCIOS DE ME EPP

A (LICITANTE) declara, para todos os efeitos legais, que, no ano-calendário de realização deste pregão PE ____/20____, não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima administrativa para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, para fins de obtenção dos benefícios previstos dos artigos 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

Representante da Proponente

Assinatura: _____

Brasília, _____ de _____ de 202__.

ANEXO VII MODELO DE DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE AMBIENTAL

Eu _____, CPF n.º _____ como representante devidamente constituído da empresa _____, CNPJ n.º _____, doravante denominado Licitante, para fins do disposto no PE n.º ____/202__ – COLICI/SUAG/SEDUH, em atendimento a Lei Distrital nº4.770, de 2012, declara, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

a) a proponente está ciente de sua responsabilidade ambiental e se compromete em adotar práticas ecologicamente corretas realizando as seguintes ações:

I) descartar o material utilizado (lâmpadas, cartuchos, recipientes de tintas, caixas de papelão), fazendo a separação dos resíduos recicláveis, tendo o cuidado necessário com acondicionamento dos materiais tóxicos: lâmpadas à base de vapor de mercúrio, sódio ou similar; cartuchos e recipientes de tintas e outros, de modo a evitar a evaporação de produtos tóxicos no meio ambiente;

II) Destinações dos materiais recicláveis às cooperativas e associações dos catadores incentivando a prática da reciclagem e a proteção do meio ambiente; e

III) utilizar papéis originários de áreas de reflorestamento para reprodução de documentos; sendo que para os fins a que se destina esta licitação, somente será utilizado papel reciclado na forma do exigido no Edital de Licitação.

b) a empresa reconhece sua responsabilidade com o meio ambiente, adotando todas as medidas necessárias para evitar, atenuar ou reparar os impactos resultantes desta atividade, mantendo-se disponível à fiscalização pelos Órgãos responsáveis, e que já iniciou (ou está em fase de implantação) as seguintes medidas: _____ (DEVERÁ INFORMAR QUAIS AS MEDIDAS JÁ IMPLANTADAS) tendo como meta em um prazo de _____ atingir o nível mínimo para reconhecimento pelos Organismos Ambientais de Empresa Sustentável.

c) que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la, conforme exigido no PE n.º ____/202__ – COLICI/SUAG/SEDUH.

Brasília, ____ de ____ de 202__.

representante legal do licitante



Documento assinado eletronicamente por **HENRIQUE PEREIRA VIEIRA - Matr.0284149-5, Coordenador(a) de Licitação**, em 25/06/2026, às 15:32, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0verificador=206805414)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0verificador=206805414)
verificador= **206805414** código CRC= **1CE97333**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"
Edifício Number One SCN Q 1 - Asa Norte, Brasília - DF - Bairro Asa Norte - CEP 70711-900 - DF
Telefone(s):
Sítio - www.seduh.df.gov.br

00390-00000522/2025-11

Doc. SEI/GDF 206805414